

MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL



ATA N.º 04

Reunião ordinária realizada a vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quinze

SEIXAL

- ORIGINAL -



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

ygat

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL
REALIZADA A 25 DE FEVEREIRO DE 2015**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze realizou-se pelas 20.15 horas, no Centro de Convívio e Desportivo de Vale de Milhaços, uma Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal.

Presidiu e dirigiu a Reunião o Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Cesário Cardador dos Santos e na mesma participaram os Senhores Vereadores, Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro, Jorge Osvaldo Dias dos Santos Gonçalves, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, José Carlos Marques Gomes, Samuel Pedro Silva Cruz, Eduardo Manuel Rodrigues, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Paulo Edson Carvalho Borges da Cunha e Luís Manuel Rendeiro Cordeiro.

Secretariou a Reunião, o Técnico Superior, João Manuel de Sousa Coutinho, no uso das suas competências, designada pelo despacho nº 1010-PCM/2013, de 21 de outubro de 2013, e, nos termos da lei aplicável.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, agradeceu em nome da Câmara Municipal e saudou a população presente, os trabalhadores da autarquia, a Junta de Freguesia de Corroios, o seu Presidente e executivo, e o clube que hoje acolhe esta reunião, o Centro de Convívio e Desportivo de Vale de Milhaços. Uma saudação muito especial para esta coletividade tão importante do nosso concelho, da nossa freguesia.

Vamos iniciar pelo período de intervenção e esclarecimento da população, mas não antes sem referir que a Câmara Municipal tem um modelo de reuniões que se realizam às quintas-feiras, quinzenalmente, e decidimos neste mandato realizar periodicamente, de dois em dois ou de três em três meses, reuniões descentralizadas. Por isso hoje estamos em Corroios, já estivemos noutras freguesias, achamos que este modelo é importante, de maior proximidade à população, e nesse sentido quer dizer que hoje temos questões importantes para a freguesia. Onde destacaria, não só a tomada de posição sobre o novo Centro de Saúde de Corroios, como também a abertura do concurso para a obra da Escola Básica com Jardim de Infância de Santa Marta do Pinhal, e a cedência de um terreno para os Escoteiros de Corroios, uma ambição com algum tempo que era um objetivo que vínhamos a perseguir.

I – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO

O Senhor Eduardo Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Corroios, cumprimentou todos os presentes, e acima de tudo a população de Corroios e, neste caso também, o Centro de Convívio e Desportivo de Vale de Milhaços por nos acolher e por se tratar de um clube nascido depois do 25 de Abril com um trabalho feito pela população, como este polidesportivo.

Gostaria de deixar duas notas, que têm a ver com algumas das preocupações, que são as preocupações do executivo da Junta de Freguesia de Corroios e que têm a ver com a nossa freguesia e com a nossa população.

Ter um Centro de Saúde num prédio de habitação que não cumpre as normas técnicas de acessibilidades para os utentes, como para os próprios profissionais que lá exercem, e também a questão dos transportes públicos que se poderá enquadrar com a questão do Centro de Saúde, porque com estes pode existir mais e melhor mobilidade. O que está a acontecer na freguesia de Corroios com a TST é uma forma de acabar sistematicamente com carreiras de autocarros. Propusemos em alternativa a regionalização dos transportes na freguesia de uma forma como existe noutros lados, que com quatro carreiras se podia de alguma forma servir a população no seu todo, os mais idosos os menos idosos, os jovens, todos aqueles que quisessem ter mobilidade pela freguesia. O que se passa efetivamente é que os TST têm uma forma de não responder e de não encontrar soluções. Também continuamos a reivindicar a continuidade do Metro Sul do Tejo



yclt /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

para além de Corroios até ao Seixal, para que dessa forma pudéssemos garantir a mobilidade em todo o concelho e na freguesia em particular.

Quero dizer também, que é nossa preocupação a alternativa à EN10, a continuidade daquela estrada era fundamental para a mobilidade dos transportes e de toda a nossa população. Gostaria também que o executivo da Câmara pudesse de alguma forma continuar nessa insistência para que o poder central resolvesse o impasse à alternativa à EN10.

Também existe outra situação que nos preocupa bastante, que é a da Escola João de Barros. As obras estão paradas há cinco anos, não resolvem os problemas dos nossos alunos, muitos passaram por lá e nunca souberam o que era ter uma escola em condições. Estamos a falar de um pavilhão que a escola deveria ter, e na freguesia de Corroios não há um único pavilhão escolar. O que o poder central fez sobre esta matéria foi apenas a cobertura de um polidesportivo, que além de não servir a escola, não serve a população. Continuamos ao lado de todos os alunos e auxiliares de educação, como estivemos na última greve feita na escola pelos auxiliares. Gostaria que toda a população estivesse ao nosso lado mas acima de tudo ao lado da Escola João de Barros e que as obras fossem terminadas rapidamente.

Contrariamente à Escola João de Barros, que não anda, quero dar os parabéns à Câmara Municipal do Seixal por avançar, e já devia ter sido há mais tempo, com a Escola EB1 de Santa Marta do Pinhal, que é uma necessidade. A escola está parada porque o poder central não respondeu à Escola 2,3. Em paralelo e ao lado da Escola EB/JI e no mesmo enquadramento, estaria um refeitório. Quando se fala que este país não faz as coisas de forma planeada e organizada, um refeitório que iria servir as duas escolas, o que aconteceu foi que se deixou cair a escola secundária, que fazia falta na freguesia porque os nossos alunos não têm que sair da freguesia e ir para outros concelhos vizinhos, com todos os problemas já falados dos transportes. Teve que se refazer o projeto e esperemos que agora seja uma realidade e também uma mais-valia para a freguesia de Corroios.

Uma palavra de apreço à Câmara Municipal, mas principalmente para os escoteiros que finalmente vão ter um espaço e um terreno para fazer a sua sede. Em Corroios podemos dizer que temos quatro agrupamentos de escoteiros, mas também aqui tem sido a autarquia a encontrar os espaços para que possam ter as suas sedes, e seria importante que se continue a reivindicar não só das autarquias mas, acima de tudo, do poder central aquilo que são as necessidades para a construção da obra, para as necessidades de equipamentos que não fazem. É toda a população e todas as associações que estão a contribuir para o produto do país, quando não devia ser dessa maneira. Congratulamo-nos também pelo Moto Clube de Corroios, com a cedência de um novo espaço para construírem a sua sede. Apesar da crise, na freguesia de Corroios têm continuado a nascer associações e clubes a estar connosco e a estar ao lado dos jovens e menos jovens, pessoas que querem dar o seu trabalho e o seu tempo em prol dos outros. Em nome da Junta, para estas associações os nossos parabéns pela forma e pela dedicação e empenho ao serviço dos outros. Obviamente que, independentemente das dificuldades, podem continuar a contar com a Junta de Freguesia de Corroios para que seja também uma mais-valia para as vossas sedes.

Uma última palavra para o Centro de Convívio e Desportivo de Vale de Milhaços. Este é um clube, como já disse, nascido depois do 25 de Abril, esta casa foi feita pelos sócios, com tijolos de oferta do Movimento Associativo, do trabalho voluntário de todos os que o quiseram fazer, e sempre com o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, sei o que estou a dizer porque fazia parte desta casa nesse tempo em que foi feito. Aquilo que parece que é um simples pavilhão serve partitamente o nosso movimento associativo, mas acima de tudo serve também as nossas escolas nos projetos extracurriculares. Os nossos agradecimentos, e a nossa saudação pela forma empenhada ao longo dos anos ao lado das nossas populações.

Quero só dar mais uma palavra, para aquilo que é uma reivindicação e uma necessidade da casa, que é encontrar uma solução, e estamos a trabalhar nela, para o campo de futebol. O clube sabe que iremos reunir brevemente e iremos fazer todos os esforços no sentido de que o campo de futebol, que atualmente não tem condições para a atividade, possa vir a ser uma realidade.

Que esta casa e estes homens continuem a trabalhar em prol do que queremos para a freguesia e o concelho, acima de tudo um país mais fraterno e igual para todos.



ycl /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, agradeceu o excelente trabalho que a Junta de Freguesia de Corroios tem feito, nomeadamente com os vários investimentos, importantes para a freguesia e para o concelho, na área da saúde, transportes, educação, equipamentos necessários, a que infelizmente o poder central, como muito bem sublinhou, não tem dado o melhor seguimento. Vamos continuar a lutar com as autarquias e com a população nesse caminho.

O Senhor José Miguel Costa, morador na Rua Fernando Pessoa, n.º 9, vale de Milhaços, 2855-442 Corroios.

Cumprimentou todos os presentes. Quer saudar o executivo por este tipo de iniciativas que são sempre bem-vindas, embora possa ressaltar aqui o facto de nem sempre a informação chegar aos munícipes e por isso a pouca população que está presente. Não houve muita distribuição nestas ruas aqui próximas, mas isso é provavelmente um aspeto que o executivo desconhece porque deve ter dado instruções nesse sentido.

Quer realçar o trabalho que a Junta de Freguesia e a Câmara têm feito, mas há sempre aspetos que vão caindo no esquecimento. Sabemos que nem sempre conseguimos chegar a todo lado, há algumas coisas que foram bem-feitas e outras que nem tanto. Em termos de saneamento, nem sempre há limpeza das ruas em Vale de Milhaços.

Em relação aos ecopontos também nem sempre a recolha é feita. Há este ao pé do Centro de Convívio, o que está junto da Escola de Vale de Milhaços 2,3, onde existe também uma farmácia nas proximidades e o que acontece é que se amontoa lixo à volta do ecoponto. As nossas ruas antes eram visitadas por um varredor, agora os varredores vêm só até à farmácia, não sobem, provavelmente há falta de pessoal como é reconhecido pelo executivo, mas já há muito que isso acontece. Quando veio para aqui morar havia um ou dois varredores a acompanhar o seu carrinho de limpeza, agora não se vê ninguém.

Outro aspeto que realça passa-se na escola EB1 n.º 2 e põe em perigo a saúde das crianças. Às vezes uma brigada da Junta ou da Câmara vinha fazer algum tratamento dentro do recinto. Como sabem, existem lá pinheiros e nesta altura do ano há uma praga que provoca alergias em toda a gente e acha que talvez fosse recomendável que fossem fazer uma desinfestação dessas árvores para evitar que as situações alérgicas se mantenham. O espaço interior precisaria talvez de um cuidado maior e, em redor da escola, aquilo que chamamos de tratamento de limpeza. Era também bom que de vez em quando passassem por ali a ver como a limpeza não é feita.

A passagem da recolha do lixo doméstico para uma vez por semana, traz alguns inconvenientes que se agravaram agora pelo carnaval. Na verdade acha que toda a gente deve ser vítima do mesmo, acumula-se demasiado lixo em casa, com o pedido do executivo para se fazer separação do lixo as situações complicam-se porque agora com o imposto verde há de haver necessidade de mais sacos, e os sacos agora já começam a pesar no orçamento.

Quanto à circulação de veículos, temos ruas de um sentido, mas o problema agudiza-se quando o estacionamento se faz nos dois passeios. As pessoas querem passar e quando o carro está em cima do passeio sujeitam-se a ser atropeladas. Há até ruas em que quando um carro vai num sentido tem que recuar porque não podem passar os dois visto que o estacionamento existe nos dois passeios e impede que os carros circulem.

Relativamente à água, tive de mudar a canalização de casa porque os tubos estavam cheios de um produto ferroso que entupia. Este problema passa-se porque a nossa água vem da Cruz de Pau e nós temos ótima água em Vale de Milhaços que vai para a Costa da Caparica. Talvez seja um problema de se ver as condutas, porque é natural que a água seja tratada nos locais de onde vem mas chega aqui, as tubagens são velhas. Então na zona da fábrica da pólvora a água vem escura. Estes aspetos devem preocupar o executivo porque em Vale de Milhaços temos água tão boa e estamos a beber uma água imprópria.

Os jardins e parques de Vale de Milhaços estão esquecidos, temos o jardimzinho dos velhotes para jogar à sueca. O parque já está projetado há muito tempo para o pé da escola na Av. da Liberdade, lá ao fundo está uma zona de arvoredo que agora é caniçal, foi há pouco tempo limpa. Pensa que não se devia olhar apenas para a Marialva, que é a zona de desenvolvimento por excelência, e vir um pouco mais para cima até Vale de Milhaços, que é uma zona bastante bonita e onde as pessoas que aqui moram querem continuar a morar com qualidade.



3/1

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que irão agora responder a algumas das questões, já que as reuniões de Câmara servem para recolher essas informações, deixar o nosso comentário e são registadas não só por si, de forma manual, mas também gravadas e passadas em ata. Acompanharão estes problemas que foram levantados.

Informou que foram distribuídos milhares de comunicados, sobre esta reunião, na área de Vale de Milhaços. Se assim não aconteceu teremos de analisar o que aconteceu porque a Câmara Municipal produziu panfletos informativos da reunião, foi contratada uma empresa para a sua distribuição e se não foram atingidos os objetivos terá de se rever o modelo.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, cumprimentou todos os presentes, e informou que iria dar algumas notas em relação às questões colocadas, começando pela qualidade da água.

Estamos obrigados por lei a realizar um conjunto de análises, com os parâmetros definidos, que comprovam que a água está em boas condições para consumo público, fizemo-lo ainda no decorrer do ano de 2014, tivemos um prémio atribuído pela entidade reguladora. A água captada no nosso concelho é uma água de excelente qualidade, pode haver situações como a que foi descrita e que algumas vezes terá a ver com a rede predial. Portanto, há algumas pessoas que tratam das suas próprias redes, mas isso não tem impacto nenhum, tem impacto é na água que depois chega à sua torneira, mas pode haver também na nossa própria rede e estes alertas fazem com que façamos análises noutros pontos para vermos se há algum troço que esteja a causar este tipo de situação. É o que iremos fazer na sequência do que aqui foi colocado.

Em relação às questões de limpeza, e que resultaram de uma apreciação em todo o concelho, mais propriamente na recolha porta à porta. Esse tipo de recolha tem custos acrescidos para o município e o que se passa é que na primeira recolha, realmente havia uma quantidade significativa de resíduos, e na segunda havia muito menos, havia mesmo casas que não colocavam os resíduos. Encontrou-se a solução na recolha de um dia por semana, é uma solução que temos estado a monitorizar. Houve municípios que colocaram a questão dos contentores serem pequenos, e colocámos uns maiores, estamos num processo de discussão com a Amarsul, e da possibilidade de encontrar contentores para a recolha seletiva. É um processo que está em curso e que não descuramos, estamos a avaliar, ter dois dias de recolha quando começar o verão é uma hipótese.

Relativamente aos ecopontos, isso deve-se, por um lado, pela redução das passagens da Simarsul, que tem a ver com o processo de privatização que está em curso e a necessidade de rentabilizar a empresa para que seja mais convidativa, está de acordo com aquilo que são as orientações do Governo relativamente à redução de custos da empresa. Ainda no mês de fevereiro tivemos uma reunião com a Presidente da Simarsul sobre estas questões, onde coloquei a necessidade de regularização das passagens nas zonas críticas, que temos identificado em todo o concelho, porque como sabemos, se os ecopontos estiverem cheios as pessoas põem o lixo fora.

Paralelamente estão a trabalhar e a discutir com a Junta de Freguesia de Corroios, como também com as outras, para implementar no plano da Junta uma brigada de recolha junto aos ecopontos, para termos uma maior proximidade e conseguirmos dar uma resposta logo que a passagem da Simarsul não se dá. É uma situação que está em curso e que pensamos rapidamente implementar.

Em relação à varredura como em relação a todas as outras questões de limpeza, estamos com reduções muito significativas, perdemos dezenas de trabalhadores nesta área. Os funcionários de limpeza urbana e dos serviços operacionais são aqueles mais idosos na Câmara Municipal, muitos deles passaram à reforma, outros abandonaram por própria vontade, e estamos limitados com entrada de trabalhadores. Todos os anos temos de reduzir trabalhadores em 2% por decisão do Governo, isso consegue-se com a aposentação, mas paralelamente não podemos admitir novos trabalhadores. Há um concurso aberto para 31 trabalhadores da limpeza, é um concurso que está a decorrer onde se inscreveram centenas de trabalhadores revelando que há muito desemprego e que há pessoas disponíveis para este trabalho, e o que é que vai acontecer? Só vamos poder admitir esses trabalhadores na medida em que cumprimos o rácio dos 2%. Saem 2% mais 1, pode entrar um, saem 2% mais 2, podem entrar dois. Este é um processo que nos está a criar



ylt /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

grandes dificuldades de funcionamento, principalmente destas áreas operacionais. Temos procurado constituir brigadas e com as nossas brigadas de forma móvel dar resposta, mas é muito diferente do momento que referiu em que tínhamos trabalhadores para um número de ruas que considerávamos adequado e que permitiria uma limpeza regular dessas ruas. Como tem decrescido o número de trabalhadores, o número de ruas vai aumentando para cada trabalhador até ao momento em que não há ninguém para fazer a volta, nessa altura vamos com uma brigada a esses sítios procurar resolver a situação.

A Senhora Vereadora Vanessa Silva, cumprimentou todos os presentes e agradeceu as questões colocadas. Pensa que o Senhor José Costa, coloca questões relacionadas com a lagarta do pinheiro. Não temos registo de ocorrências nesta escola relativamente a essa matéria, sempre que há esse registo há uma intervenção dos nossos serviços do ambiente que intervêm nas várias escolas do concelho para proceder a vários tipos de tratamento que os pinheiros têm de ter. Não tem nenhuma reclamação, neste momento, de que não tenham sido efetuados os tratamentos necessários, o Senhor Presidente da Junta Freguesia, também diz que não tem nenhuma reclamação. De qualquer forma vai verificar, dirigindo-se à Senhora Diretora do Agrupamento e Coordenadora da Escola.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves, cumprimentou todos os presentes. Em relação às matérias colocadas, registou as matérias passíveis de melhoramento apesar de não ter especificado.

Quanto à circulação e ao estacionamento, existem várias áreas onde têm sido implementados sentidos únicos nas situações identificadas, de forma a potencializar as matérias relacionadas com o estacionamento nestas áreas, quer do ponto de vista de construção, quer de moradias unifamiliares. Para além das zonas que já estão implementadas, há estudos efetuados com vista ao alargamento de sentidos únicos. Em relação a esta área o que se está a ver são setores integrados de forma a não integrar apenas uma rua, mas um conjunto de ruas para admitir todas as questões de circulação, embora a implementação de sentidos únicos seja de alguma forma limitadora. Mas seria útil que identificasse no concreto alguma situação que considere mais premente.

Também colocou questões quanto aos espaços verdes e da necessidade de valorização do espaço, em concreto neste que fala da Av. da Liberdade. Nesta área, como foi dividido o solo, faz com que não tenhamos áreas maiores de disponibilização de espaços verdes, mas na verdade existem pequenos espaços que podem ser mais valorizados e que podem contribuir de uma forma mais satisfatória para a qualidade de vida de quem aqui vive, em Vale de Milhaços, Pinhal Vidal. Neste momento, muito honestamente em relação ao espaço que referiu, não sabe se têm um projeto de requalificação, tem de verificar. Em termos de diagnóstico há um conjunto de espaços que estão edificados e são aquilo que consideram ser as obras de proximidade a realizar em conjunto com a Junta de Freguesia, com algumas prioridades, e por isso registam que esta matéria seja considerada como prioritária e irão verificar no concreto, para depois poderem dar uma resposta, para de alguma forma poderem partilhar como gostam de fazer quando encontram a solução com a população.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, cumprimentou todos os presentes, um cumprimento caloroso à coletividade que o está a acolher e a todas as coletividades que aqui estão representadas. É uma satisfação estar a falar com tantos munícipes, porque normalmente nas reuniões descentralizadas por norma há 4 ou 5 munícipes.

Em relação à questão que o Senhor Presidente lhe pediu para responder, é um bocadinho transversal às duas intervenções anteriores, mas também às intervenções que pelos temas que aqui vê serão deixadas pelos munícipes a seguir. Quanto à Fiscalização Municipal, a atuação tem sido um pouco mais musculada do que era hábito, por necessidade de algum tipo de intervenção e de algum tipo de necessidade de fazer esse tipo de intervenção. O que aconteceu essencialmente foi que a Câmara Municipal teve uma atuação com um foco numa zona onde tínhamos muitos mais problemas que aqui, que era na freguesia de Fernão Ferro. Tínhamos e temos, mas que aos



Costa

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

poucos temos estado a conseguir alargar por todo o concelho. Há mais processos de contraordenação para quem não cumpre o regulamento municipal, é uma atuação que se verificou ser necessária neste momento. Fazia também um apelo para a necessidade de os senhores colaborarem em termos de fiscalização e em termos de denúncia de situações que ocorram. A fiscalização municipal tem várias vertentes na sua atuação, aqui estamos a falar de uma atuação de limpeza, e dentro da limpeza, desde que o município leva o seu cão à rua e depois não limpa, até ao município que não deita o lixo corretamente, fariamos um esforço para termos disponíveis mais meios, mas para isso é necessário que essa denúncia seja feita, porque se as pessoas não são apanhadas em flagrante delito é muito mais difícil o processo de contraordenação ter uma conclusão positiva. Em Fernão Ferro fizemos essa ação de sensibilização, correu muito bem, aumentámos bastante o índice de contraordenações e o sucesso da sua aplicação, mas mais importante que a aplicação da contraordenação ou coima, como compreendem, é não haver necessidade dessas contraordenações.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que, da nossa parte são estes os comentários que temos a fazer, devolvendo a palavra ao município para poder dizer algo mais na sequência das nossas intervenções.

O Senhor José Miguel Costa, congratula-se com a ideia do nosso Vereador da colocação de contentores para seleção de lixo. Acha que é preferível a aumentar o número de viagens a fazer, por vezes é necessário sermos um pouco racionais na distribuição dos nossos recursos. Alertou para o facto de em Santa Marta, ou na Marialva haver pessoas a conduzir um carro do lixo na conversa.

Congratula-se também com a senhora Vereadora Vanessa Silva, e disse que aquilo que afirmou sobre a lagarta é uma situação real, porque o seu neto anda nessa escola e perguntou-lhe se podia brincar com aqueles bichinhos. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, se calhar também não sabe, é natural, mas só queria alertá-lo para a necessidade de desinfestação daquelas árvores porque é a altura em que as lagartas descem dos ninhos para se meterem na terra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou, que estão neste momento a adquirir duas viaturas novas, de recolha de resíduos sólidos urbanos, que vêm reforçar a nossa frota, uma chegará em abril e outra em junho. Estão neste momento a investir em novos equipamentos de recolha, de maior dimensão, para as áreas mais densificadas urbanisticamente, que são os chamados "moloques".

O Senhor Vereador não referiu, mas têm uma intervenção programada para a Arrentela na ordem dos € 80.000, e precisavam de ter mais trabalhadores, verão se o Governo os deixa contratar trabalhadores, porque esse tem sido, de facto, o problema. Nos últimos dois anos, desde 2011 até ao final de 2014, perderam 175 trabalhadores, principalmente nas áreas operacionais. Era bom que o Governo autorizasse a admissão destes 31 trabalhadores para esta área porque temos condições financeiras para os acolher e assim corresponder melhor às expectativas dos municípios.

O Senhor Rogério Ademir Rodrigues de Oliveira, cumprimentou todos os presentes e referiu que a maior partes dos problemas sobre a limpeza e condutas de águas, já foi aqui falado. Só quer acrescentar o seguinte. Vive na Rua Abel Manta, já por várias vezes rebentou a conduta em Vale de Milhaços, e quem ficou mais afetado foram todos os moradores do n.º 4, mais o Stand da Renault. Mas existe outro problema, antigamente em frente ao Minipreço existiam uns pilares para não se estacionar em cima do passeio, foram retirados, não sei porquê, os carros que vão para o supermercado estacionam em cima do passeio e os peões têm de passar pela rua. Existe um parque de estacionamento que a Junta tentou fazer, do qual pensa que se podia abrir uma entrada para os carros cujos condutores quiserem ir fazer compras ao Minipreço. Quanto aos caixotes do lixo, que há mais de cinco ou seis anos estavam mesmo em frente à passadeira da farmácia, foi duas vezes aos serviços de salubridade da Câmara e quando fizeram o desvio passado algum



lycant /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

tempo, deslocaram-nos só 50cm. Isso não resolve o problema, dever-se-ia deslocar os caixotes na direção da passadeira para quando se quisesse fugir de algum carro de um condutor mais distraído, não fossemos atingidos.

Um outro assunto que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia já abordou, em relação à alternativa à EN10. Pretende saber quando é que é feito, ou terminado, porque quem quer trabalhar de manhã tem que sair cedo, porque das 08.00 às 10.00 horas ninguém consegue passar nas três rotundas que existem antes do viaduto. Quem vem pela Piscina da Câmara e da rotunda, é muito complicado porque não existe uma alternativa. Da parte da tarde é o inverso, a partir das 17.00 horas para se chegar a Vale de Milhaços é um problema.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que, de grosso modo, são três questões, as outras já tinham sido colocadas. O problema sobre o estacionamento em frente ao Minipreço, a sua sugestão é que a Câmara e a Junta façam um estudo para um parque de estacionamento.

O Senhor Rogério Ademir Rodrigues de Oliveira, disse que, entram para o estacionamento e é uma zona que faz curva, onde fizeram o suporte da terra com pedra, quem estacionar o carro junto do muro que foi feito e fizer marcha atrás em tempo de chuva ou nevoeiro, ninguém vê que aquilo tem uma curva. Tirou uma foto, fez um desenho, e disse que se fizerem uma grade nessa zona com refletores, não cai.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu que, vão analisar esta situação. O Senhor Vereador Jorge Gonçalves, que tem esta área, vai analisar com o Senhor Presidente da Junta para encontrar uma solução para o problema relacionado com o estacionamento nesta zona.

Sobre os caixotes de RSU já informou que na passadeira junto à farmácia foram deslocados, mas não foi o suficiente, pretende que sejam deslocados mais alguma distância. O Senhor Vereador Joaquim Tavares tomou nota e irá analisar com os seus serviços.

Sobre a alternativa à EN10, gostava de explicar que esta estrada está no Plano Rodoviário Nacional, é a ER10 que é da competência e execução do Estado. Recentemente saiu o chamado PETI III do Ministério dos Transportes, que traz associado os investimentos da "Estradas de Portugal". Infelizmente para nós, a estrada não consta do plano de investimentos de 2015 e 2016. Esta estrada vem de Almada, do centro sul, e a ideia é ter continuidade até à Moita na ligação à A33. É composta por dois troços, a ER10 Almada/Seixal e a ER11-2 Lavradio/Moita e no meio a Ponte Seixal/Barreiro. Se viu o último Boletim Municipal, onde está anunciada uma reunião com a Câmara Municipal do Barreiro, está lá uma imagem da ponte em maquete. Como vê esta alternativa à EN10 vai-se prolongar até à Moita, por isso é que é uma estrada regional Almada/Seixal/Moita, e infelizmente para nós não está prevista no plano de investimentos da "EP". Temos pedida uma reunião com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, era para ter sido hoje à tarde mas foi adiada. Vamos continuar a insistir para que, não só a ponte Seixal/Barreiro seja executada, como também esta via que vem do lado de Paio Pires, Amora, Corroios e que faça essa ligação. Vamos continuar a lutar pelo nosso objetivo e chamar à atenção dos responsáveis para que de facto se termine esta via.

Em relação aos caixotes de RSU, os Senhores Vereadores vão analisar com o Senhor Presidente da Junta para ver se conseguimos encontrar uma solução.

O Senhor Armindo dos Anjos Teixeira, Cumprimentou os presentes e saudou a mesa, referindo que as suas perguntas já foram feitas e as respostas já foram dadas, portanto, não vale a pena estar a fazer mais perguntas.

O Senhor José Novelo, vai reforçar aquilo que já foi dito. Um dos maiores problemas é o lixo, oito dias com lixo em casa não dá.

Em relação à ausência de pessoas, também já há a indicação de que os comunicados não chegaram a todas as ruas.



lyst
5

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Sobre o lixo, isto começou em Vale de Milhaços, e por isso a experiência foi feita só aqui. Agora já se fala que houve noutros lados, no Pinhal de Frades ainda despejam o lixo duas vezes por semana, e em mais lados, no Miratejo por exemplo, despejam todos os dias. Pensa que os cafés de Vale de Milhaços, não sabe se todos, e os minimercados são despejados duas vezes por semana, é a informação que tem. Retiraram o lixo duas vezes por semana, mas não diminuíram o custo de retirar os resíduos.

Sobre o IMI, a avaliação pensa que é do poder central, das finanças, agradecia que o corrigissem se estiver errado, porque tem algumas dúvidas. A nossa Câmara vai quase sempre ao valor máximo, este ano estão a dizer que vai nos 5, ninguém sabe porquê. A oposição, especialmente a vereação que está toda aqui representada, não sabe se é no Fogueteiro ou no Casal do Marco que está um placar onde se distanciaram disso, a oposição diz nesse placar que não tem nada a ver com o aumento, isto no ano passado, e quem é responsável é a CDU. Visto que está aqui a oposição gostava que se falasse disso.

Já agora como mora perto do Minipreço, há uma fuga de água em frente ao Minipreço, de que já falou, mas há meses que está lá a correr.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, o que vai dizer é para acrescentar ao que já foi dito. No início explicou que fazem a parametrização de todo o lixo que é recolhido, portanto, os carros no final da volta vão despejar ao aterro, e são pesados, e assim sabem mais ou menos o que cada volta é em termos de tonelagem. Este modelo que implantaram, é um modelo que irá ser implementado em todo o concelho de porta à porta a ter início aqui. Porque a segunda volta era uma volta com uma carga muito pequena, procuraram dar resposta a essas situações dos grandes produtores para evitar situações desagradáveis. Relativamente aos consumidores individuais, têm vindo a trocar os contentores mais pequenos por uns maiores com o dobro da capacidade. Em relação à fuga de água vai ver com os serviços, não a conhecia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que, o IMI é hoje uma das principais receitas dos municípios e é a principal receita do Município do Seixal. Ou seja, se escalonarmos os vários escalões de receita por ordem decrescente, o de maior valor é o do IMI, e esta situação decorre de dois movimentos, um que tem a ver com as transferências do orçamento do Estado, ou seja, todos pagamos o IRS, o IVA, o IRC, etc., ao Estado e diz a nossa Constituição que entre o Estado central e local, deve haver uma repartição justa e equilibrada dos recursos públicos. O que tem acontecido neste primeiro movimento que quer referir, é que desde a primeira Lei das Finanças Locais, de 1979, até esta última de 2013, a participação dos impostos do Estado para as autarquias, tem vindo a diminuir. Num outro movimento, o IMI também reduziu em termos de taxa, antes a taxa podia ir até 0,7%, entre 0,3% e 0,7% para os prédios urbanos avaliados e reavaliados. A partir de 2005 houve uma reavaliação, e o Código do IMI estabeleceu que de 0,7% passava para 0,5%. O que aconteceu com o decorrer dos anos e com a Ministra, Ferreira Leite, é que foi lançada uma grande operação nacional de reavaliação dos imóveis, quer dos prédios, quer dos edifícios ou dos terrenos por parte das finanças, que agora se chama Autoridade Tributária e Aduaneira, e destes dois movimentos ocorreram alterações na matriz de receitas dos municípios desde 1979 até 2015. As transferências do orçamento do Estado, que deveriam ser a principal fonte de financiamento dos municípios, passaram a ser, no nosso caso, a terceira fonte de financiamento do município. Mas deviam ser a principal, porquê?

Porque em termos do Estado a forma como se repartem as receitas para que possa funcionar, deve ser a partir dos impostos, e porquê? Quem mais tem, mais contribui, quem nada tem não contribui mas também é beneficiado por via dessas receitas, através do serviço público que é prestado. Deve ser assim na área das autarquias locais, na saúde, na educação, deve ser assim na área dos transportes e em muitos setores da nossa vida social. Quer dizer que a força política na qual a maioria das pessoas votou, a CDU e o PCP, nunca defendeu que a principal fonte de financiamento dos municípios fosse através da tributação do património, sempre defendeu que o grosso do financiamento deveria ser através da participação dos impostos do Estado. Destes dois movimentos do IMI e do decréscimo das transferências, o que é que sucedeu? Sucedeu esta coisa curiosa, é que as pessoas pagam sempre mais. Todos pagamos mais IRS, e mais IVA



est
/

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

porque o IRS tem aumentado desde 1979, com a primeira Lei das Finanças Locais. O IMI também tem aumentado, todos estamos a pagar muito mais para ter por vezes menor serviço público e, atenção, a Câmara Municipal do Seixal, mesmo assim tem conseguido fazer investimentos, presta um serviço de qualidade e reconhecido a nível internacional. Vejam o que está a acontecer na segurança social, a Senhora Vereadora vai falar daqui a pouco de uma coisa inaudita que aconteceu na segurança social aqui no Seixal, mas vamos falar sobre saúde e do Hospital Garcia de Orta, vamos falar sobre os transportes que todos os dias são reduzidos, e tudo isso que é custeado e pago em parte pelos nossos impostos por via indireta, e pela prestação do serviço cada vez que nos é cobrado através da taxa moderadora, pelo passe social intermodal em que pagamos diretamente. E então interessa às forças dominantes que as pessoas paguem mais.

No caso do Município do Seixal, somos obrigados a aumentar o IMI duas vezes sucessivas, em 2013 e 2014, com efeitos em 2014 e 2015, mas fizemo-lo porque tínhamos uma situação relacionada com o impacto fortíssimo da política de austeridade no município, o qual motivou a contração do empréstimo no âmbito do plano de consolidação orçamental, que conseguimos concluir durante o ano passado.

É verdade que a política de austeridade tem influência nas nossas vidas, em termos de situações de desemprego, menores salários, problemas com o subsídio de natal que desapareceu ou foi dado em duodécimos, subsídio de férias que não tivemos durante um período de tempo, redução de várias prestações. Na Câmara Municipal o impacto foi superior a 100 milhões de euros entre 2009 e 2015. E para acrescentar a este problema em 2015, e é esse o motivo pelo qual tivemos que fazer outro pequeno aumento no IMI, foi relacionado com uma coisa que este Governo inventou, chamado Fundo de Apoio Municipal, FAM. Quem ouve falar disto pensa que é um fundo de apoio às autarquias, mas é preciso lembrar que já houve um fundo de apoio às autarquias chamado PAEL, e esse PAEL, ao qual não aderimos, obrigava, era tipo memorando da Troika, a Câmara do Seixal a ter a taxa máxima de IMI que é de 0,5%. Esse PAEL que algumas forças políticas aqui no concelho queriam que a Câmara Municipal aderisse. Por via desse FAM, que é a contribuição dos municípios todos do país para municípios que estão em dificuldades, e perguntam quanto é que isso é? Por ano são 515.000 euros, durante 7 anos, vamos pagar 3,6 milhões de euros durante 7 anos para que em Aveiro, Vila Real de Santo António, em Portimão, por exemplo, as pessoas lá paguem a taxa máxima de IMI. Por via deste FAM vamos estar a pagar para levar austeridade a outras populações e a outros concelhos.

A solução era termos uma Lei das finanças locais que fosse justa e que em vez do Estado arrecadar esse dinheiro todo de IRS, IVA e IRC, etc., partilhasse na mesma proporção com os municípios. Vamos ter agora um Congresso da Associação dos Municípios, o XXII Congresso a 27 e 28 de março, onde esta será uma das matérias fundamentais, a questão do financiamento local, não se pode querer ter câmaras municipais com capacidade de intervir, se não tivermos meios. E já agora, a talhe de foice, quer dizer o seguinte, os bombeiros são muito importantes no concelho do Seixal, temos 300 homens e mulheres neste concelho com grande capacidade para intervenção, as forças de segurança são muito importantes, temos entre PSP e GNR 350 a 400 homens e mulheres também de grande capacidade de intervenção, mas em caso de catástrofe ou calamidade temos 1500 pessoas que são os trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal que saem para a rua para ajudar ou resolver, temos essa capacidade, e se acontecer intempéries como aconteceram em janeiro do ano passado, queda de árvores, cheias, etc., os bombeiros aparecem, e o município, que tem essa capacidade, temos máquinas, temos equipamentos, temos uma grande capacidade de intervenção.

Voltando à questão inicial do IMI, a Câmara do Seixal tinha dos valores mais baixos da área metropolitana, na Península de Setúbal, tinha 0,395%, subimos para 0,405% e subimos para 0,415%. Se fizerem as contas é 20% abaixo do máximo, o máximo não temos no nosso município, e quer dizer que neste momento, em fevereiro de 2015, não prevemos que seja necessário mais aumentos de IMI nos próximos anos. Está a dizer isto de acordo com a situação financeira atual e com a previsão que existe relativamente a esta matéria. Isso significa que se o Governo tomar medidas drásticas como no passado, que tenham fortíssimo impacto sobre a situação financeira, a Câmara Municipal poderá ter que tomar medidas, mas neste momento é preciso explicar a razão deste aumento e também a forma ponderada e mínima com que fizemos esse aumento. Em dois



yt
/

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

anos sucessivos, que deu em média €8 por pessoa por ano, e já agora vai dizer aos camaradas da oposição que vão falar e dizer que em Lisboa é mais baixo, então deixem-me colocar outra questão também interessante. Um T2 em Lisboa e um T2 no Seixal, com certeza em Lisboa é mais caro, mas a construção e o terreno custa o mesmo, o valor de construção até está tabelado são € 636/m². Porque é que o património em Lisboa é mais taxado? É por isso que Lisboa consegue ter uma taxa menor, porque o valor inicial, a avaliação, é muito superior à do Seixal, e por isso é errado dizer que no Seixal se paga mais IMI que em Lisboa. Não é verdade, se forem perguntar às pessoas que moram em Lisboa, pagam mais IMI, porque têm uma taxa menor mas o valor inicial de avaliação é muito maior, e vamos ver o que é que Lisboa faz com esse valor, vamos olhar para os buracos das estradas, vamos olhar para os passeios, vamos olhar para o lixo em Lisboa.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, cumprimentou todos os presentes. Disse ao Senhor José Novelo, que é eleito pela oposição, pelo BE. Não queria deixar de elogiar o enorme esforço do Senhor Presidente para tentar justificar a subida do IMI. Nalgumas questões concordo com o Senhor Presidente, o problema das autarquias locais passa por uma nova Lei das finanças locais, isso é um facto e é sem dúvida nenhuma o principal emento que deve ser levado e discutido no próximo congresso da Associação Nacional de Municípios.

É possível pedir a reavaliação do seu património, porque o valor patrimonial que lhe foi atribuído é sobre esse valor que vai incidir, e é dessa multiplicação do valor patrimonial vezes a taxa do município que resulta o pagamento do IMI que o Senhor tem de fazer. Mas esse valor patrimonial que pode ter sido decidido há uns anos, pode ser alterado e até para baixo, e dessa situação resultaria a diminuição do IMI a pagar. Isso é algo sobre o que o Senhor José Novelo se deve informar, porque há uma fórmula radical extremamente extensa para saber o valor patrimonial, um conjunto de elementos que contribuem para tal, e um deles é a idade da habitação e consoante maior for a idade da habitação o valor patrimonial deverá descer. Dessa maneira o seu IMI poderá descer. Portanto, é um dos conselhos que lhe dou em termos do IMI. Depois, é um facto que disse que a taxa do IMI tem vindo a aumentar no concelho, e como Vereador da oposição votou sempre contra o aumento da taxa de IMI. Até porque o argumento da maioria era sempre que não desejavam baixar a receita do IMI, e sempre disse que não se baixa a receita do IMI mesmo que se baixe a taxa, porque não só a reavaliação patrimonial veio aumentar o valor das habitações, e consequentemente o nível da receita do IMI, como também ao longo dos anos muita gente comprou habitação, teve isenção durante 10 anos e vai deixando de ter essa isenção e passa a pagar o IMI. Isto é uma correta distribuição do sacrifício fiscal, quando aumenta o número de pessoas que pagam IMI, para manter a receita, poderia descer a taxa porque há mais a pagar e as receitas da Câmara não desceriam. E a prova está no primeiro resultado de execução da receita, que diz respeito ao ano de 2014. No orçamento para 2014 estava prevista uma receita de IMI de 23 milhões e 200 mil euros, e o resultado foi de 25 milhões e 123 mil euros. O que quer dizer que houve uma receita a mais do que a que estava orçamentada na ordem de 1 milhão e 900 mil euros.

Sobre a alternativa à EN10, as vias de comunicação são importantes e fundamentais, mas há uma coisa que tem de se ter em linha de conta, que é o percurso que essas vias vão ter. O que está neste momento desenhado para ser o percurso à alternativa à EN10, há muita gente que desconhece e eu sou totalmente contra ao que está definido nesse percurso, porque esse percurso na zona de Amora vai ser um enorme atentado porque está previsto que irá passar na marginal de Amora em túnel aberto. Isto quer dizer que a população de Amora deixará de usufruir da sua zona ribeirinha.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, respondendo ao Senhor José Novelo, quer dizer que aquele *outdoor* é da sua autoria, surgiu para alertar a população relativamente aos argumentos apresentados por esta maioria, e que são falaciosos. O Senhor Presidente veio aqui tentar historiar como é que funcionam os impostos e as transferências orçamentais que vêm do orçamento do Estado para as Câmaras municipais. Disse que este Governo retirando transferências orçamentais às Câmaras municipais, decresceu o valor da taxa máxima que se



lyht
/

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

podia cobrar de 0,7 para 0,5. É um facto e uma verdade, esqueceu-se de dizer que esta alteração decorreu de uma outra, que é a tal avaliação dos imóveis. Ou seja, a partir do momento em que houve uma nova avaliação dos imóveis, mais onerosa, naturalmente que a taxa de incidência teria de ser menor.

O outro ponto de que se esqueceu foi aquele que o Senhor Vereador Luís Cordeiro falou, que iria haver um aumento da receita. Portanto, em termos de IMI não havia necessidade de aumentar a taxa, as taxas aumentam-se quando não há perspectiva de que haja aumento da receita. Ora, em 2014 esta Câmara recebeu mais de 2 milhões de euros a mais de receita de IMI. Para 2015 aquele *outdoor* devia ter uma atualização, porque a Câmara Municipal também atualizou, e infelizmente em alta, aumentou de 0,405 para 0,415. E aqui também deve dizer o seguinte, há a perspectiva que de 2014 para 2015 a receita vá aumentar? Claro que sim, por muitos motivos, dois deles já deu o Vereador Luís Cordeiro. O principal é porque para muita gente está a acabar a isenção.

O segundo ponto tem a ver com a cláusula travão. O Governo e algumas autarquias foram obrigados a inserir uma cláusula travão que acabou agora. A cláusula dizia que esse aumento que se verificava, e que tinha de ser pago, não podia ir além dos 75€. A partir do momento em que esta cláusula acaba, o aumento vai aparecer nas nossas contas e nas nossas declarações de IMI, logo a receita que a Câmara municipal vai receber também será superior.

Por fim, só para contrapor o argumento que o Senhor Presidente usa no debate político em relação ao FAM. Não faz sentido nenhum que um executivo dito comunista não respeite o princípio de solidariedade entre municípios.

Numa reunião partidária que teve com o Senhor Secretário de Estado colocou esta questão, e foi dito que nas transferências orçamentais estava já prevista uma verba para os municípios poderem ter esta possibilidade, os tais 500.000€ que o Senhor Presidente invoca. Além disso, se o aumento do ano passado foi de quase de 2 milhões de euros, qual é a necessidade que o executivo tinha, usando este argumento, de aumentar os impostos?

O Senhor Vereador Samuel Cruz, cumprimentou todos os presentes com um cumprimento especial à coletividade que nos recebe hoje. Quem está a assistir a esta reunião com um frio destes está de parabéns por isso.

Quer agradecer ao Senhor José Novelo pela oportunidade que lhe deu de esclarecer estas questões que de facto são importantes.

Em primeiro lugar a Lei das Finanças Locais, o Senhor Presidente disse aqui que vem prejudicar os municípios e que todos os anos há menos dinheiro, mas esqueceu-se de dizer que a última lei que estava em vigor era a de 2007, aquela que é da responsabilidade do PS. A Lei das Finanças Locais de 2007, que globalmente retira dinheiro aos municípios porque introduz uma forma de cálculo diferente do financiamento, beneficiou muito o Concelho do Seixal, de tal maneira que quem fez a lei introduziu uma cláusula travão da qual o Senhor Vereador Paulo Cunha falou. Essa cláusula travão dizia que, como vamos alterar o cálculo do financiamento nenhum município pode perder de um ano para o outro mais de 5% do financiamento que já tinha, nem nenhum pode ganhar mais de 5% do que já tinha. O que é que aconteceu no Seixal? Ganhou todos os anos 5%. Deu menos para os municípios, é verdade, para o Seixal mais 5% todos os anos. Em relação à Lei das Finanças Locais o Concelho do Seixal ganhou mais de 5%, porquê? Para não se prejudicar demasiadamente os municípios que perdiam com essa lei, isso é um facto, e aliás não há dúvidas entre nós.

Depois, o que aconteceu foi uma coisa diferente, de facto quando entrou a Troika e as dificuldades, houve cortes, mas era só o que faltava, às famílias aconteceria o que aconteceu, uma desgraça, o Governo foi o que foi, e as Câmaras continuarem iguais não podia ser.

A Câmara até queria ir ao PAEL, havia era um bolo para dividir por todas as Câmaras, e à Câmara do Seixal o bolo não chegava, era cerca de ¼ do que precisava, porque o desequilíbrio da Câmara Municipal do Seixal, que depois se foi pedir à banca, era de 40 milhões de euros, depois foi apresentar um PCO à banca. Só de juros, nesta altura, a Câmara paga 250 mil euros por mês.



efit

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

O Senhor Presidente disse que para o ano não haverá necessidade de aumentar o IMI, se os bancos deixarem, porque assinou um documento que tem o visto do Tribunal de Contas, ao qual está vinculado, em que disse que ia aumentar o IMI todos os anos até ao fim do mandato.

O IMI pode variar entre 0,3 e 0,5, nós estamos em 0,415, e vai continuar a aumentar. Em Lisboa é 0,3 a taxa mínima. Como sabem o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa é o líder do PS.

As Câmaras podem ficar com 5% do nosso IRS, se não ficarem é devolvido às pessoas. O que é que faz o Seixal e o que é que faz o PS em Lisboa? O Seixal fica com os 5% e Lisboa com 2,5%, metade.

Acha que o Senhor Presidente se enganou, as casas valem a mesma coisa que em Lisboa, construir uma casa com os tijolos e o cimento custa a mesma coisa no Seixal ou em Lisboa, mas o terreno não custa a mesma coisa, e como o terreno não custa a mesma coisa o valor da casa é diferente, aliás, acha que a maior parte das pessoas do Seixal ou grande parte trabalha em Lisboa, tinham preferência por viver em Lisboa ao pé do trabalho era mais cómodo, gastavam menos dinheiro, porque é que não vivem? Porque lá são mais caras.

As receitas das transferências correntes, que são as transferências do Estado para a autarquia, baixaram 1 milhão e 611 mil euros, de 2010 para 2015. Já explicou que havia uma fórmula de cálculo e com essa fórmula sobre sempre 5%, mas depois com a entrada da Troika houve cortes, mas parece que o Senhor Presidente não considera ou não conhece o que são transferências correntes, porque estas têm o fundo do equilíbrio financeiro a que se refere mas também têm a participação no IRS, e as pessoas também ganham menos. O IRS no concelho do Seixal também baixou, as pessoas ganham menos, recebem menos, pagam menos IRS. Os 5% que são transferidos para a Câmara também são menos, mas a questão não é essa, são números, se quiser eu forneço-lhes para não haver dúvidas nenhuma. As transferências correntes de 2010 para 2015 baixaram 1 milhão e 611 mil euros, e sabem o que aconteceu ao IMI? Em 2010 era de 18 milhões, em 2015 vai ser de 24 milhões, subiu 6 milhões.

O Senhor José Novelo, há pessoas que estão aqui e que vão trabalhar amanhã, e agora estarem no despique político para mim não era aqui, nós estamos aqui por causa do lixo e por causa dos buracos na estrada, agora o debate político não o esperava aqui, as pessoas não estão interessadas nisso, eu sou reformado, mas há pessoas aqui que têm que ir trabalhar amanhã.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que gostava de colocar algumas questões que pensa que são úteis para o esclarecimento geral, na sequência do que disse.

Em primeiro lugar, a realidade dos factos e dos números é que o PEC II de José Sócrates em 2010, baixou a receita da Câmara Municipal do Seixal e a partir daí, em 2011 com o Governo de Passos Coelho, essas transferências têm vindo a diminuir. A Câmara do Seixal perdeu, acumulados entre 2010 e 2015, 20 milhões de euros. A receita da Câmara Municipal do Seixal, a que os Senhores Vereadores fizeram referência, baixou de 2013 para 2014, 3,2 milhões de euros. A receita global da Câmara Municipal do Seixal passou de 80,8 milhões em 2013, para 77,6 em 2014. Portanto, as transferências do município baixaram e a nossa estrutura de receita tem vindo a baixar ao longo dos anos. Não é verdade que a nossa estrutura de receita tenha vindo a aumentar. No IMI, perante estes movimentos de atualização das matrizes, dos valores patrimoniais e da diminuição de isenções, tem vindo a subir, mas as outras receitas têm vindo a decrescer.

Já agora só um breve exercício para vermos que nem sempre a reavaliação resulta em mais pagamento de IMI. O caso de um imóvel que vale 100.000€, se tivesse a taxa de 0,7% que era a média anterior, pagava 700€, agora se fosse de 150.000€ e para uma taxa equivalente a 0,4% passava para 600€. Ou seja, porque a taxa de facto baixou para metade com a reavaliação dos imóveis, a taxa do IMI aplicada baixou para metade. Não aumentam as atualizações, que não foram para o dobro, aquelas que foram para mais do dobro essas aumentaram, na sua grande maioria foram as moradias de grande dimensão. Iremos discutir estas matérias do IMI em setembro ou outubro deste ano. Foi dito pelos Senhores Vereadores do PSD e do PS que a Câmara era obrigada a aumentar o IMI, espero que estejam connosco nas várias reuniões de



gjt
/

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Câmara e da Assembleia Municipal onde esta matéria será discutida. Da nossa parte tudo faremos para que tal não aconteça, é um desafio que lanço a todos.

O Senhor Paulo Alexandre Fernandes Ferreirim, morador na Rua da Carta Constitucional, n.º 4-1º Esq., Alto do Moinho, 2855-719 Corroios.

Cumprimentou todos os presentes, essencialmente o ponto de situação já foi feito sobre a Escola João de Barros pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, só deixo aqui a minha lamentação em relação a esta situação, tenho também um familiar lá, mas também todos os jovens do nosso município que estão lá a estudar com as condições que não são as mais próprias, como todos calculam e sabem.

Em relação aos prédios, já reside na freguesia de Corroios há bastante tempo e constata que existem habitações que estão degradadas e casas devolutas há imensos anos. A pergunta que deixa é a seguinte, a Câmara Municipal do Seixal também já está a aplicar um IMI mais agravado no âmbito destas habitações como já está a Câmara Municipal de Almada? Aqueles espaços como estão, são prejudiciais para todos.

Em relação a outro aspeto, gostaria de saber se a Câmara tem um gabinete que faça o estudo de onde colocam as passadeiras. Principalmente na Av. Luís de Camões, em Miratejo, não estão bem localizadas. Algumas estão a seguir às rotundas, outras em curvas, como condutor parece-lhe uma passadeira a seguir a uma curva, por exemplo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que, a Escola João de Barros é, de facto, uma das situações mais gritantes de falta de condições, quer para os alunos, quer para os professores. Pede à Senhora Vereadora Vanessa Silva que faça o ponto de situação sobre os contactos que têm vindo a fazer e o resultado dos mesmos.

A Senhora Vereadora Vanessa Silva, disse que, as obras de requalificação da Parque Escolar não têm tido qualquer evolução, aquilo que é do seu conhecimento é que se encontram suspensas e que deveria ter havido já o lançamento do concurso previsto para a continuação das obras, visto que houve uma falência do empreiteiro que estava a desenvolvê-las em nome da Parque Escolar, que é a entidade responsável pelas obras. Prevê-se o início da obra para 2016, é essa a informação que tem, por parte do Senhor Diretor da escola que informou o Conselho Geral do qual a autarquia faz parte. A Câmara Municipal tomou uma posição, por unanimidade, no início do ano letivo que endereçou ao Ministério da Educação, colocando a sua preocupação sobre a situação da escola. Recebemos uma informação a acusar a receção, solicitámos uma reunião ao Senhor Ministro para abordar essa questão e fomos informados que deveríamos nos dirigir à Parque Escolar porque não tinham qualquer responsabilidade sobre esta matéria que estava delegada na Parque Escolar. Já tentaram falar novamente com o Ministério da Educação, insistindo que a responsabilidade é do Ministério da Educação para apurarem responsabilidades. Uma das questões que colocaram na tomada de posição era a necessidade de haver uma solução de carácter excepcional para este problema, porque se assim não for, mesmo que o concurso seja lançado agora já não abriria no início de 2016 mas sim para 2018. Ou seja, estamos a falar de várias gerações de alunos sem condições nenhuma de aprendizagem, para não falar dos trabalhadores da escola, funcionários, professores e dos reflexos que isso tem no ensino. Da nossa parte, vamos continuar a insistir com o Ministério da Educação, aproveita para apelar também à comunidade aqui de Corroios e como o Senhor Município é pai, apelar aos pais e à comunidade educativa para que continuem também a intervir neste sentido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, complementou dizendo, que esta é uma situação da responsabilidade do Governo, como podemos verificar.

Sobre a questão das passadeiras a Câmara Municipal tem uma Divisão de Mobilidade e Trânsito, com engenheiros e técnicos qualificados que concebem e planeiam as intervenções de sinalização vertical e horizontal. De qualquer forma tomamos nota sobre a situação da Rua Luís de Camões, se tiver outras basta deixar um papel que o Senhor Vereador Jorge Gonçalves poderá encaminhar junto dos serviços.



yst /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Sobre os edifícios devolutos, é verdade que a Câmara começou a majorar o IMI, mais 30% sobre imóveis degradados. Era importante que nos informassem, porque nem sempre temos esse conhecimento, o nosso parque habitacional é de cerca 70 a 80.000 edifícios no concelho, temos 11 casos identificados com maior gravidade, curiosamente todos os proprietários moram fora do concelho. Todos os imóveis que estejam degradados e devolutos façam-nos chegar essa informação porque a nossa Divisão de Habitação tem fiscais mas não é muito vasta, e nem sempre conseguimos identificar todos os casos e nada como os municípios para nos alertarem para essa matéria. Fica desde já o desafio.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, quer dizer que todas estas intervenções foram de grande riqueza, quer se congratular com a proposta do PS para as reuniões descentralizadas ter sido aceite ao fim de muitos anos, e também do Bloco de Esquerda, mas primeiro do PS até porque é Vereador há mais tempo.

Em relação ao IMI passa-se a mesma coisa, porque o PS vinha a defender o agravamento do IMI nestes casos, e ao fim de sete anos a Câmara Municipal do Seixal aceitou e congratulamo-nos por isso, porque de facto foi uma boa medida. Foi pena terem demorado tanto a aceitar a nossa proposta.

Por último, e com alguma piada, para dizer ao Senhor José Novelo se não queria a resposta não tivesse perguntado.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, anunciou que, têm hoje uma tomada de posição sobre o novo Centro de Saúde de Corroios que é urgente, e também a abertura do concurso para a Escola de Santa Marta de Corroios, num investimento de mais de 2 milhões de euros, e a cedência de um terreno à Associação de Escoteiros de Portugal.

- Tomada de posição – Novo Centro de Saúde de Corroios é Urgente

Tomada de Posição

Tomada de Posição

Novo Centro de Saúde de Corroios é Urgente!

Em 15 de setembro de 2014 assinalou-se os 35 anos de criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), sustentado na garantia do acesso à saúde por todos os cidadãos independentemente das suas condições económicas e sociais.

Segundo relatórios da OCDE, Portugal já se encontrou em posição muito favorável no ranking mundial da prestação de cuidados de saúde. Contudo, nos últimos anos tem vindo a ser posto em causa aqueles que são os principais pressupostos do SNS, pelos sucessivos governos que têm levado a cabo políticas que favorecem os interesses dos grupos privados de saúde. São exemplo os sucessivos cortes orçamentais, o aumento das taxas moderadoras, a concentração e o encerramento de serviços, entre outros aspetos.

Portugal tem assistido nos últimos anos a um claro desinvestimento na área da saúde que põe em causa a dignidade e o respeito pela vida e pela saúde das populações.

Volvidos 40 anos da Revolução de Abril, os retrocessos que se tem vindo a assistir no acesso à saúde assumem enorme gravidade, dado que ao mesmo tempo que o governo corta no SNS, mantém a transferência de 500 milhões de euros para os grandes hospitais privados ao abrigo da ADSE, e aumenta os encargos com as parcerias público-privadas da saúde em 6%, atingindo um montante de 418 milhões de euros em 2014.

No que respeita ao concelho do Seixal, os resultados destas políticas destruidoras estão visíveis e patentes. Num concelho com cerca de 160 mil habitantes, dos quais mais de 40 000 não têm médico de família, existe apenas um único SAP, obrigando à deslocação da população para o Hospital Garcia de Orta (HGO) que se encontra sobrelotado. Tal situação origina uma afluência



yst /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

inusitada ao HGO, provocando uma situação de rotura na urgência e serviços complementares deste hospital.

Relativamente à freguesia de Corroios as populações sentem também essas agressões a um dos seus direitos mais básicos, o direito à saúde. A população de Corroios luta desde 2006 pela construção do novo Centro de Saúde de Corroios.

A freguesia de Corroios tem uma população estimada em 50 000 habitantes dos quais cerca de 17 400 não tem médico de família, o que representa 36% da população desta freguesia. Atualmente, esta população depara-se com grandes problemas na área da saúde, desde logo para conseguir uma consulta no Centro de Saúde têm que se deslocar a esta Unidade de Saúde por volta das 6:00h da manhã.

O atual Centro de Saúde de Corroios encontra-se a funcionar num edifício de habitação adaptado para o efeito com quatro andares, sem elevador e que apesar de ter sofrido sucessivas obras de requalificação, continua sem o mínimo de condições para assegurar a acessibilidade plena dos utentes. Referir ainda a falta de condições para receber novos médicos para corresponder às necessidades da população sem médico de família.

De acordo com a informação prestada pela Comissão de Utentes da Freguesia de Corroios, "Muitas vezes os médicos têm que se deslocar ao r/c para fazer o atendimento dos utentes com mobilidade reduzida. Todos os recantos estão em funcionamento, até as despensas servem como consultório". Sensível a esta situação a Comissão de Utentes de Saúde da Freguesia de Corroios tem vindo a lutar pela construção de um novo centro de saúde através de abaixo-assinados em forma de petição, com mais de 6000 assinaturas, que foram entregues na Assembleia da República, para além da realização de vigílias junto ao atual Centro de Saúde.

A necessidade de substituição destas instalações é conhecida há mais de uma década pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo tendo em 2004, 2005 e 2006 sido inscrito no Orçamento de Estado, através do Programa e Despesas da Administração Central, a dotação financeira para a construção do novo equipamento. Apesar disto, a realidade é que esta obra prioritária, tem vindo, sem qualquer explicação plausível a ser protelada, tendo a partir de 2007 deixado de integrar o plano de investimentos do Ministério da Saúde.

Importa referir que a Câmara Municipal do Seixal atenta a este problema disponibilizou, há cerca de 15 anos, um terreno para a construção do novo Centro de Saúde de Corroios, em Santa Marta do Pinhal.

O adiamento sistemático da decisão do novo Centro de Saúde de Corroios tem claramente prejudicado a população da freguesia de Corroios. A população desta freguesia também perdeu o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) obrigando a população a deslocar-se para o único SAP do concelho, em Amora, ou diretamente para o HGO que se encontra sem capacidade de resposta.

A população do concelho do Seixal está habituada a lutar pelos seus direitos constitucionais e não desistirá nunca do direito à saúde!

Atenta a este problema a Câmara Municipal do Seixal manifesta o total apoio à luta das populações pela construção do novo Centro de Saúde de Corroios, bem como aos profissionais de Saúde pela sua dedicação ao Serviço Nacional de Saúde.

PELA GARANTIA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE UNIVERSAL E GRATUITO

PELA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL NO SEIXAL

PELA CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO DE SAÚDE CORROIOS

A tomada de posição foi subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara e por todos os Senhores Vereadores, à exceção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e do Senhor Vereador do Partido Social Democrata.

A Senhora Vereadora Corália Loureiro, cumprimentou todos os presentes deixando para último lugar quem é mais importante nesta reunião, que é precisamente a população da Freguesia de



lyst /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Corroios. Deu uma saudação muito especial para esta casa da cultura e do desporto que tem sido uma referência do trabalho do movimento associativo do nosso concelho e em especial da Freguesia de Corroios, e para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Corroios, bem como para os elementos do executivo que o acompanham.

Antes de fazer a leitura da tomada de posição sobre a construção do Centro de Saúde de Corroios, saudou a luta que tem sido levada a cabo pelas comissões de utentes do concelho, em especial a Comissão de Utentes da Freguesia de Corroios, mas também a população desta freguesia que há muitos anos tem sentido na pele as grandes dificuldades de acesso à saúde que está na Constituição da República Portuguesa como um direito dos portugueses o que não se tem verificado. Em seguida expôs esta tomada de posição.

“Em 15 de setembro de 2014 assinalou-se os 35 anos de criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), sustentado na garantia do acesso à saúde por todos os cidadãos independentemente das suas condições económicas e sociais.

Segundo relatórios da OCDE, Portugal já se encontrou em posição muito favorável no ranking mundial da prestação de cuidados de saúde. Contudo, nos últimos anos tem vindo a ser posto em causa aqueles que são os principais pressupostos do SNS, pelos sucessivos Governos que têm levado a cabo políticas que favorecem os interesses dos grupos privados de saúde. São exemplo os sucessivos cortes orçamentais, o aumento das taxas moderadoras, a concentração e o encerramento de serviços, entre outros aspetos.

Portugal tem assistido nos últimos anos a um claro desinvestimento na área da saúde que põe em causa a dignidade e o respeito pela vida e pela saúde das populações.

Volvidos 40 anos da Revolução de Abril, os retrocessos que se tem vindo a assistir no acesso à saúde assumem enorme gravidade, dado que ao mesmo tempo que o Governo corta no SNS, mantém a transferência de 500 milhões de euros para os grandes hospitais privados ao abrigo da ADSE, e aumenta os encargos com as parcerias público-privadas da saúde em 6%, atingindo um montante de 418 milhões de euros em 2014.

No que respeita ao concelho do Seixal, os resultados destas políticas destruidoras estão visíveis e patentes. Num concelho com cerca de 160 mil habitantes, dos quais mais de 40 000 não têm médico de família, existe apenas um único SAP, obrigando à deslocação da população para o Hospital Garcia de Orta (HGO) que se encontra sobrelotado. Tal situação origina uma afluência inusitada ao HGO, provocando uma situação de rotura na urgência e serviços complementares deste hospital.

Relativamente à freguesia de Corroios as populações sentem também essas agressões a um dos seus direitos mais básicos, o direito à saúde. A população de Corroios luta desde 2006 pela construção do novo Centro de Saúde de Corroios.

A freguesia de Corroios tem uma população estimada em 50 000 habitantes dos quais cerca de 17 400 não tem médico de família, o que representa 36% da população desta freguesia. Atualmente, esta população depara-se com grandes problemas na área da saúde, desde logo para conseguir uma consulta no Centro de Saúde têm que se deslocar a esta Unidade de Saúde por volta das 6:00h da manhã.

O atual Centro de Saúde de Corroios encontra-se a funcionar num edifício de habitação adaptado para o efeito com quatro andares, sem elevador e que apesar de ter sofrido sucessivas obras de requalificação, continua sem o mínimo de condições para assegurar a acessibilidade plena dos utentes. Referir ainda a falta de condições para receber novos médicos para corresponder às necessidades da população sem médico de família.

De acordo com a informação prestada pela Comissão de Utentes da Freguesia de Corroios, “Muitas vezes os médicos têm que se deslocar ao r/c para fazer o atendimento dos utentes com mobilidade reduzida. Todos os recantos estão em funcionamento, até as despensas servem como consultório”. Sensível a esta situação a Comissão de Utentes de Saúde da Freguesia de Corroios tem vindo a lutar pela construção de um novo centro de saúde através de abaixo-assinados em forma de petição, com mais de 6000 assinaturas, que foram entregues na Assembleia da República, para além da realização de vigílias junto ao atual Centro de Saúde.

A necessidade de substituição destas instalações é conhecida há mais de uma década pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo tendo em 2004, 2005 e 2006 sido



lyst

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

inscrito no Orçamento de Estado, através do Programa e Despesas da Administração Central, a dotação financeira para a construção do novo equipamento. Apesar disto, a realidade é que esta obra prioritária, tem vindo, sem qualquer explicação plausível a ser protelada, tendo a partir de 2007 deixado de integrar o plano de investimentos do Ministério da Saúde.

Importa referir que a Câmara Municipal do Seixal atenta a este problema disponibilizou, há cerca de 15 anos, um terreno para a construção do novo Centro de Saúde de Corroios, em Santa Marta do Pinhal.

O adiamento sistemático da decisão do novo Centro de Saúde de Corroios tem claramente prejudicado a população da freguesia de Corroios. A população desta freguesia também perdeu o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) obrigando a população a deslocar-se para o único SAP do concelho, em Amora, ou diretamente para o HGO que se encontra sem capacidade de resposta.

A população do concelho do Seixal está habituada a lutar pelos seus direitos constitucionais e não desistirá nunca do direito à saúde!

Atenta a este problema a Câmara Municipal do Seixal manifesta o total apoio à luta das populações pela construção do novo Centro de Saúde de Corroios, bem como aos profissionais de Saúde pela sua dedicação ao Serviço Nacional de Saúde.

PELA GARANTIA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE UNIVERSAL E GRATUITO

PELA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL NO SEIXAL

PELA CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO DE SAÚDE CORROIOS”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que na semana passada reuniu com o Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo, no dia 18 de fevereiro, que é a entidade que superintende a construção dos equipamentos hospitalares e de saúde, lhe transmitiu esta realidade e esta necessidade e ficou de agendar uma visita ao nosso concelho, não só para analisar o problema do Centro de Saúde de Corroios, como do SAP na Amora e de outras matérias que entendêssemos. Ficaram de agendar esta visita para final do mês de março, para conseguirem ter alguma resposta da parte do Conselho Diretivo da ARS, mas sabem perfeitamente que quem terá a palavra final será sempre o Senhor Ministro da Saúde que não os tem recebido.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, disse que, sobre esta moção que também lhe diz respeito já que é freguês da freguesia de Corroios sem médico de família, como tantos outros, tem um particular gosto em se pronunciar.

Esta tomada de posição começa muito bem, frisando a importância do Serviço Nacional de Saúde, essa criação de um homem livre e de bons costumes, já agora também socialista, António Arnaut, Ministro do PS.

Também concorda com duas premissas básicas acerca deste assunto. O Hospital Garcia de Orta, está neste momento subdimensionado, e há um problema grave de saúde no Concelho do Seixal em termos de cuidados hospitalares, mas não é exatamente disso que estamos a falar, mas sim do Centro de Saúde de Corroios, da prestação de cuidados primários de saúde, e que se reveste de outras características. Já agora, algo que não é aqui dito, e percebe porque não é dito, porque o PCP esteve contra, mas algo que se revelou uma boa medida também de um Ministro da Saúde socialista, que foram as unidades de saúde familiares. Lembra-se de discutir muito na altura, já lá vão bastantes anos, com a Senhora Vereadora Corália Loureiro em que ele era favorável e a Senhora fez uma forte crítica às mesmas. A verdade é que passados todos estes anos foi de facto uma importante medida que permitiu que em Corroios e noutras freguesias, muitos mais habitantes tivessem médico de família e todo um funcionamento melhor. Depois disto, nesta premissa de que o SNS está cada vez mais em perigo, que o Hospital Garcia de Orta não tem capacidade para a população que neste momento serve, e que existe neste momento um problema no Centro de Saúde de Corroios, o PS está disponível para subscrever a tomada de posição, se retirarmos dois pontos. Não é verdade dizer, “os sucessivos Governos”, porque antes do Governo do PS houve o do PSD, e o do PS tomou medidas no sentido de melhorar a prestação dos serviços e as pessoas sentiram isso, não foi o suficiente é verdade, era preciso fazer mais e



yht ✓

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

não foi feito, mas não foi no sentido de nos empurrar para o privado. Porque essas medidas que eram as Unidades Familiares também estão a ser estranguladas por falta de financiamento, concordamos não com a expressão "os sucessivos Governos" mas com a referência apenas a este Governo.

Não podem aceitar a premissa de que a Câmara Municipal do Seixal disponibilizou um terreno há quinze anos, porque isso não é verdade. A verdade é que o Ministro Correia de Campos, veio ao Seixal e anunciou a construção do Centro de Saúde de Corroios, e havia verba para isso em orçamento de Estado, num programa próprio. Subsequentemente o Ministério da Saúde, através dos seus organismos próprios disse à Câmara Municipal do Seixal que desse o terreno para começarem a construir e a Câmara Municipal do Seixal nunca respondeu. Só não existe Centro de Saúde novo a funcionar em Corroios porque a Câmara Municipal do Seixal, ao contrário do que está aqui escrito, não passou para a propriedade do Ministério da Saúde o terreno destinado ao Centro de Saúde. Mas curiosamente na mesma altura a Câmara Municipal do Seixal fez um negócio ruinoso no mesmo local, aquele terreno para onde podia ir e devia estar o Centro de Saúde, está lá o LIDL.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, lembrou que nos deveríamos cingir à tomada de posição em apreço.

O Senhor Vereador Eduardo Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e disse que, a realidade é que o que aqui é pedido, a construção do hospital, a construção do centro de saúde, a garantia de um SNS universal e gratuito, estes são os pressupostos efetivos do PS. O SNS é criado precisamente pelo PS por um homem socialista chamado António Arnaut, começando por aí é fácil perceber que a governação do PS é completamente diferente da atual que levou a que hoje se tenha instalado o caos nas urgências que deriva também do encerramento do funcionamento dos centros de saúde. Ou seja, atualmente a política é de encerrar centros de saúde e concentrar nos hospitais a resposta às urgências. A política do PS já assim era e continua a ser para o futuro, descentralizar ou trazer para os cuidados de saúde primários que estão concentrados nos centros de saúde e nas USF (unidades de Saúde Familiar) a resposta às urgências.

Em relação ao hospital, também não temos dúvidas e foi dito pelo próprio Grupo Parlamentar do PS que estão disponíveis para isso. Isto só para enquadrar mais um pouco as diferenças que existem entre a política atual de direita e a política do PS.

Sobre o assunto da transferência de 500 milhões de euros para os grandes hospitais privados ao abrigo da ADSE, quer dizer que a ADSE, para quem não sabe, hoje se subsidia a si própria, ou seja, a política dos Governos de direita aumentou a taxa sobre o desconto para a ADSE que passou para 3,5%. Hoje é mais do que suficiente o desconto que os funcionários fazem para que se pague aos privados, daí que o Governo já não transfere nada, transfere é os descontos dos trabalhadores.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, sobre este tema afirmou que está muito mais reconfortado, depois de ouvir estas promessas de dois Vereadores do PS, de que nos vão tratar da saúde, muito mais tranquilo para o futuro.

Concorda com esta tomada de posição e a única questão que queria referenciar, era que sem dúvida nenhuma esta situação dos Centros de Saúde e Cuidados Primários são fulcrais, a luta pelo Hospital do Seixal é algo que devemos manter bem viva e reforçá-la, mas a realidade que temos cada vez mais presente de população mais idosa não se resolve só com o novo hospital. Precisamos de uma rede de cuidados primários a funcionar em pleno, sem essa rede não há hospital que resolva a situação da nossa população. Sem dúvida que a questão dos centros de saúde, e em particular do Centro de Saúde de Corroios, é uma reivindicação que devemos ter com um horizonte temporal muito grande, porque de acordo com o que foi referenciado e vinha no Boletim Municipal, mesmo que venha a ser construído o Hospital não vai levar menos de cinco anos para estar concluído, e desde esse momento até que o possamos utilizar talvez decorram mais cinco anos.



gjt

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Há pouco tempo surgiu uma notícia num jornal que dizia que na área norte metropolitana de Lisboa irão ser construídas 17 unidades de saúde, e na margem sul não vai ser construída nenhuma. Acha que é uma altura muito oportuna para o Senhor Presidente confrontar o Presidente da Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo sobre o porquê disto quando ele aqui vier.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, explicou que habitualmente não subscreve tomadas de posição da Câmara, por uma razão muito simples. As tomadas de posição da Câmara são escritas pela maioria, automaticamente estão aprovadas, a Câmara tem maioria, traz uma tomada de posição e automaticamente está aprovada. Várias vezes deu sugestões para várias tomadas de posição serem alteradas, pedindo que fossem tomadas em conta, nunca o foram, e na imprensa aparecem como tomadas de posição gerais quando na realidade são apenas do partido proponente maioritário. Tomou a posição de princípio de não subscrever as tomadas de posição.

O que está em discussão é que existe um Centro de Saúde de Corroios, que é absolutamente indigno, e essas coisas devem ser ditas, não devem ser discutidas politicamente, independentemente do nosso partido, devemos dizer essas coisas. É verdade que a Câmara tem certamente algumas responsabilidades no seu passado, é verdade que o PS, que já foi Governo várias vezes e muitos anos, tem muitas responsabilidades, porque esta situação é muito antiga, e não deixa de ser verdade, infelizmente para mim que sou do PSD, que o PSD tem imensas responsabilidades, sobretudo neste momento em que é Governo.

O Vereador Luís Cordeiro disse uma coisa interessante, que aliás já tinha sido dita pelos Vereadores do PS, relativamente a uma discussão muito mais ampla que devia ser feita em relação às unidades de saúde. É evidente que a solução poderia e deveria passar por aí, não tinha que ser necessariamente com um centro de saúde. O que está aqui em causa nesta tomada de posição, que é a construção e a necessidade de intervenção do novo Centro de Saúde de Corroios, considera que é imprescindível, e não há nenhum contrassenso em não subscrever esta tomada de posição embora apoie a construção do centro de saúde. Já confrontou o Senhor Secretário de Estado da Saúde diretamente com realidades indispensáveis, a construção do Hospital do Seixal que já deveria estar em execução, o estado vergonhoso em que se encontra o Centro de Saúde de Corroios e a questão da construção de 17 USF a serem construídas na área norte, e nenhuma na margem sul do Tejo.

A Senhora Vereadora Vanessa Silva, quer apenas deixar um testemunho pessoal, que é um testemunho que pensa que vários moradores da Freguesia de Corroios poderiam deixar. Vive na Freguesia de Corroios desde os três anos e tem médico de família, e embora tenha médico de família e tenha sido criada esta unidade de saúde familiar acontece que tendo consulta marcada perde pelo menos 4 horas para ser atendida. E se tiver uma situação de urgência e tiver de ir à vaga do dia, que todos conhecem, também tem de ir cerca das 6.30 da manhã para a fila e se tiver sorte, se não houver mais doentes que tenham ido mais cedo que para a fila. Isto é que é objetivo, e a tomada de posição que aqui trouxeram é sobre a vida em concreto. Procura defender o SNS como universal, trazer um hospital para o concelho do Seixal e um centro de saúde para Corroios, que seja digno e preste cuidados de saúde primários, que faça saúde preventiva. Para nós a questão da unidade de saúde familiar não é uma questão de nome é uma questão de funcionamento. Sabemos que quando foram criadas as USF eram ligadas a um modelo de financiamento da saúde, que já era um modelo de desresponsabilização da administração central. Tem família em Lobão da Beira, em Tondela, onde há um centro de saúde novo e equipado que está fechado, poderia ter vindo para Corroios, mas foi lá construído e está fechado. Deixa este testemunho para podermos concretizar as discussões que aqui nos trazem, porque a nossa preocupação deve ser em torno da melhoria de condições de vida daqueles que nos rodeiam, e não deve ser em torno de uma mentira.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, confessou que ficou de certa forma surpreendido porque pensava que haveria uma posição unânime. A verdade é que nas tomadas de posição da



ylt /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Câmara Municipal, grande parte das alterações que houve foram até sugeridas pelo Senhor Vereador Paulo Cunha.

Pensava que o Senhor Vereador Paulo Cunha, recordaria à população aqui presente quem é que encerrou o SAP de Miratejo em 2007 e o SAP do Seixal? Acha que era o Eng.º José Sócrates, se não está em erro, que estava no Governo.

Também gostava de perguntar por que razão é que a Câmara Municipal tem um terreno com duas parcelas, onde numa se constrói um Lidl, noutra se constrói uma esquadra, e não é possível que numa outra parcela que está ao lado se construa o Centro de Saúde? Não há nenhuma explicação lógica para dizer que a Câmara Municipal do Seixal não construiu o Centro de Saúde do Seixal. O terreno está lá, é um gaveto com uma parte que está expectante para o centro de saúde, está lá o *outdoor*, tem um Lidl e a esquadra da PSP que foi feita por nossa pressão por este Governo.

Recebemos do Grupo Parlamentar do PCP uma resposta do Governo à pergunta sobre para quando a construção do Centro de Saúde de Corroios. E a resposta da parte do Ministério da Saúde foi dizer que não há recursos para o fazer. Isto contraria o que o Senhor Vereador Samuel Cruz aqui disse, mas também contraria o que se passa na verdade com a ASRLVT, porque esta está a adjudicar dezassete unidades de saúde a norte de Lisboa. Mas se o nosso panorama a sul é complexo, a verdade é que a norte é muito complexo. Se temos no concelho do Seixal 40.800 pessoas sem médico de família, Sintra tem mais de 100.000, Amadora tem quase 80.000, o panorama na área metropolitana é de facto muito mau.

Gostava de dizer ao Senhor Vereador Paulo Cunha, que o Senhor não aprova, mas apoia, é do PSD, mas só numa parte, porque há partes em que não é do PSD.

Considera que deveriam aproximar posições, fazia esse apelo ao PS. Há aqui a questão das políticas relacionadas com os interesses privados de saúde, e é verdade que desde 1979 as unidades privadas ou não existiam ou eram as Misericórdias que tinham de certa forma alguma atividade neste setor. Quase não havia hospitais privados, e a verdade é que foi durante os Governos subsequentes, de Mário Soares, Cavaco Silva, António Guterres, Durão Barroso, Santana Lopes, José Sócrates, que houve uma profusão de hospitais e clínicas privadas em Portugal.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, disse que o encerramento do SAP, que se deu ao mesmo tempo que as USF, prende-se com uma filosofia diferente de cuidados primários, que teve a ver com a grande afluência. É necessário em primeiro lugar fazer a distinção entre doente emergente e não emergente. Quando estamos perante uma verdadeira emergência canalizar esse doente para um SAP é um erro que muito provavelmente lhe custará a vida.

Qual é o grande pico de acesso aos SAP? Fins do dia, doença, solidão, isto são dados científicos, fizeram-se linhas de apoio da segurança social, etc., para tentar minimizar isto porque os recursos são o que são e têm que ser bem geridos. Felizmente os Centros de Saúde de Almada e Seixal são muito bem geridos pelo Dr. Luis Amado, que para além de Diretor hospitalar também é enfermeiro, senão estaríamos numa situação muito pior.

Em relação aos SAP foi de facto o Eng.º Sócrates que encerrou, mas há uma lógica para isso estamos a falar de cuidados primários, são coisas diferentes, e os cuidados primários são a prevenção. Mas assume que foi o Eng.º Sócrates, nesta tomada de posição frisa-se isso, e não é impeditivo para o PS que se mantenha este parágrafo, porque a política é a arte dos consensos, para que subscrevamos a tomada de posição. Portanto, não é a nossa opinião, mas estamos disponíveis para subscrever ainda assim a moção, porque não é uma questão de fundo, não é de todo uma inverdade, temos opiniões diferentes, mas os factos estão corretos.

Por que razão é que não se construiu? Não sabe, mas o que sabe é que aquilo que aqui relatou é verdade, e a Câmara não conseguiu, o Ministério pediu para ceder o terreno e a Câmara não respondeu. Por isso o PS subscreve esta moção desde que o parágrafo onde se diz "que importa referir que a Câmara Municipal do Seixal atendendo a este problema disponibilizou há cerca de quinze anos um terreno", seja retirado, são estas três linhas. É verdade que a Câmara disse que estava ali o terreno para isso, mas não o passou para a posse.



yht ↗

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Habitualmente não usa o centro de saúde, mas resolveu marcar uma consulta para ver se funcionava. Não atenderam o telefone, enviou um *email*, marcaram um dia, até se atrasou cinco minutos e quando chegou disseram-lhe que já estava atrasado. E não tem médico de família. Anunciou que o PS também subscreve a tomada de posição.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, pediu para não se entrar em diálogo, houve um período para intervenção da população, e esta pode intervir desde que inscrita. Há que respeitar todas as opiniões, o Senhor Vereador está no uso da palavra.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, disse que querem que retire "e pelos sucessivos Governos", que está no segundo parágrafo. Também cedem, na questão do SAP apesar de não concordarem. Há um parágrafo que diz "contudo nos últimos anos têm vindo a ser postos em causa aqueles que são os principais pressupostos do SNS pelos sucessivos Governos que têm levado a cabo...". Querem alterar para, "contudo nos últimos anos têm sido postos em causa os principais pressupostos do SNS que têm levado a cabo políticas que não favorecem, nem ajudam em nada". Em segundo lugar que se retire "a Freguesia de Corroios tem uma população que se estima em 50.000 habitantes, dos quais 17.400 não têm médico de família".

Há uns dias foram anunciados dezassete novos centros de saúde na margem norte, quatro deles no concelho de Sintra, que é um concelho fustigado com este problema. E o que é que se faz na Câmara de Sintra? Quatro novos centros de saúde com o custo total de 7,9 milhões de euros. A Câmara Municipal do Seixal cede um terreno e tem uma placa à porta a dizer, "a Câmara Municipal do Seixal ajudou com não sei quantos", é o valor do terreno. Sintra não fez isso, Sintra dá o terreno mas não conta para as contas, "a Câmara Municipal de Sintra investe 2,4 milhões de euros para a construção dos equipamentos de saúde, no total previsto de 7,9 milhões de euros, e também cede terrenos para a construção dos equipamentos em regime de direito de superfície". Porque é que se construíram quatro em Sintra, e não se construíram no Seixal? Porque Sintra entra com 30% do investimento e a Câmara do Seixal quer entrar com zero.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, afirmou que as propostas de alteração apresentadas pelo PS não são suportáveis para nós, CDU, que somos os proponentes. Isso seria eliminar parte da realidade, a Câmara disponibilizou um terreno, que lá está, podemos lá ir a seguir se quiser. Há pessoas que se têm de levantar muito cedo para serem atendidas no Centro de Saúde, e também é verdade que o PS tem contribuído para a privatização do SNS, basta ver as parcerias no campo da saúde.

Para nós é muito claro que em tempo de dificuldades, que Junta, Câmara e Estado têm de se unir. A Câmara Municipal tem que fazer jus às suas competências, e as nossas competências estão aqui hoje, é fazer uma nova escola, já temos uma nos Redondos e em Fernão Ferro e vamos começar outra, de mais de 2 milhões de euros, aqui em Corroios, é nossa competência. Mas será que a Câmara tem também que fazer um centro de saúde que é competência do Estado? Escolas secundárias, que também são da competência do Governo? O metro sul do tejo, a alternativa à EN10?

Colocadas as questões, o PS não subscreve.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, proferiu que nunca disse que infelizmente era do PSD. Simplesmente nesta questão muito concreta da saúde, acha que o PSD não tem atuado bem para o Concelho do Seixal. Mas também, hoje em dia, já há também descentralização na área da saúde. Portanto, o Governo já pode protocolar na área da saúde com as Câmaras municipais. Não há aqui incoerência nenhuma em estar completamente de acordo, não com esta tomada de posição, mas com a questão do centro de saúde e do hospital. Não irá subscrever esta tomada de posição, mas no Boletim Municipal vai aparecer que a Câmara Municipal aprovou a tomada de posição, sem mencionar a votação dos partidos. Não têm o cuidado de dizer que não foi aprovada pelo Vereador do PSD, como desta vez não irá referir que não foi aprovada pelo PS. A população irá ter a informação que o Senhor Presidente quer, então vão votar sozinhos porque não



ght /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

subscrive tomadas de posição da Câmara Municipal, abriu uma exceção com a do hospital, e uma exceção é mesmo exceção, não é regra.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, informou que o BE subscrive esta tomada de posição.

A Senhora Vereadora Corália Loureiro, disse que a Câmara Municipal do Seixal foi informada de que iria haver uma reorganização dos serviços da Segurança Social. Já havia rumores de que o serviço local de ação social do Seixal iria deixar de funcionar nos moldes em que estava a funcionar, ou seja, funcionava na Amora cinco dias por semana. A notícia que nos foi dada pela diretora distrital é de que já não vai funcionar cinco mas sim só dois dias por semana, às terças e quintas-feiras. O que significa mais uma vez que a população desta freguesia vai ser altamente prejudicada, porque não há aqui nenhuma outra instituição social, como acontece noutros pontos do concelho. O que significa que num momento em que as famílias tem mais dificuldades, em que há mais pobreza, quase cerca de 2 milhões e 700 mil portugueses vivem no limiar da pobreza, em que o desemprego está a aumentar, em que as famílias estão a viver grandes dificuldades, aquilo que recebemos hoje de notícia é que efetivamente isto significa um retrocesso uma vez mais na qualidade de vida da população do concelho e especialmente aqui da freguesia de Corroios. Dissemos nesta reunião que considerávamos que era um retrocesso, até porque neste concelho, até 2004, tínhamos um único serviço Almada/Seixal e conseguimos por uma grande luta da população que a partir de 2004 passasse a ser só Seixal, porque era uma forma de ponderar melhor e com mais qualidade um serviço de proximidade à população, e agora significa que estamos a ter de novo um retrocesso.

Também questionou a Senhora Diretora face as dificuldades, e a todos os problemas das famílias, como irá ser se as pessoas tiverem problemas para além das terças e quinta feiras. A resposta que lhe foi dada pela Senhora Diretora, foi a de que está disponibilizado um serviço de agendamento de visitas domiciliárias e atendimentos presenciais a funcionar por marcação telefónica. As pessoas não têm dinheiro para comer e ainda têm que ter para telefonar e estar à espera do telefonema e depois do próprio atendimento e, aí sim, através de telefone informarem quando é que estará disponível a visita domiciliária. Também fez sentir à Senhora Diretora que isto não é a forma de atender 160.000 habitantes, além de passarem também a ter muito menos qualidade. Foi-lhe dito que se está a criar um novo modelo, que é o RLIS – Rede Local de Intervenção Social, que o que está projetado é a possibilidade de se criarem quatro equipas para o município, não se sabe ainda de que forma. Vão pedir de imediato uma reunião ao Senhor Ministro e tomar uma posição para além desta que vem hoje à reunião de Câmara, uma posição contra mais esta medida que é de prejuízo para a população e essencialmente para todos as famílias deste município e também da freguesia de Corroios.

A Senhora Vereadora Elisabete Adrião, cumprimentou todos os presentes, com uma saudação muito especial aos munícipes.

Quer complementar as declarações da Senhora Vereadora Corália Loureiro, relativamente ao atendimento da segurança social, que é feito duas vezes por semana, às terças e quintas-feiras, mas só para a população de Corroios, um munícipe de outra zona terá de ligar para a linha 144.

A bancada do PS queria ser esclarecida, relativamente ao pedido de uma proposta para inclusão na ordem de trabalhos desta reunião, que tratava da atribuição de espaço editorial às diferentes forças políticas dos órgãos autárquicos no Boletim Municipal. Gostariam de saber por que razão é que o Senhor Presidente não aceitou esta proposta até porque fizeram um esforço acrescido no cumprimento da lei para que fosse aceite e tal não aconteceu.

Há pouco o Senhor Vereador Paulo Cunha dizia que no Boletim Municipal não iriam constar os sentidos de voto da oposição mas talvez desta vez sim, face ao tema e, como o PS e o PSD não subscreveram, provavelmente constarão.

Traz três situações, a primeira diz respeito ao agrupamento escolar de Vale de Milhaços. É da competência da autarquia realizar investimentos no que diz respeito ao apetrechamento e manutenção dos equipamentos de educação pré-escolar e primeiro ciclo no que diz respeito à rede pública. Porém esta autarquia não está a cumprir, porque os professores e os funcionários



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

4
yht

deslocam-se à Junta de Freguesia de Corroios para tirar fotocópias. Além disso, os professores também são confrontados com a situação de que há uma limitação do número de fotocópias que podem tirar, o que limita o trabalho. Os professores e funcionários deste equipamento, em forma de protesto, recusaram uma verba que a Câmara queria atribuir para o desfile de carnaval. Deixam em aberto as seguintes perguntas, o que é que se está a passar com as fotocopiadoras desta escola? Será que esta situação dos professores terem de se deslocar sistematicamente à Junta de Freguesia, é para se manter? Será que a Câmara tem conhecimento de que são os professores, pais e encarregados de educação que têm comprado resmas de papel pagos do próprio bolso para que não falte aos alunos?

Outra situação, que diz respeito aos agrupamentos da Escola João de Barros e de Vale de Milhaços. Parece que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Corroios, criou regras para a aquisição de material de higiene e limpeza que passa a descrever. Para o ATL disponibilizou uma vassoura e uma embalagem de sonasol para três meses. Para as restantes salas delimitou um valor percentual para os produtos de higiene e limpeza, ou seja só pode ser gasto €10 por cada sala. Com o devido respeito, não quer interpelá-lo mas era apenas para deixar esta questão, não sabe como é que o Senhor Presidente chegou a este cálculo, provavelmente deve-se ter esquecido de contabilizar os corredores, e provavelmente também se esqueceu que existem turnos duplos. Ou seja, a mesma sala tem que ser limpa no mínimo duas vezes. Também se deve ter esquecido do número de vezes que vai chover, porque quando chove o chão suja-se, logo tem de se fazer mais manutenção ao nível da limpeza e por isso despende-se mais detergente. Provavelmente também deve ter contabilizado o número de vezes que os alunos vomitam no chão, urinam, as vezes que sujam o chão com comida. Já agora vai fazer a sugestão de redigir um documento aos encarregados de educação para que os educandos, além de trazerem na mochila o lápis, a cola, a borracha, também virem munidos de papel higiénico. O que é que a Vereadora da Educação, pensa sobre o assunto?

A Freguesia de Corroios, é caracterizada por um indicador preocupante de vulnerabilidade social, consubstanciando um núcleo de construção ilegal, cujas condições de habitabilidade e salubridade são precárias. Está a falar do Bairro social de Santa Marta, que se caracteriza por barracas de construção ilegal, sem reboco, sem saneamento básico, em que os esgotos correm a céu aberto propiciando a disseminação de ratos. Os moradores dispõem de água paga pela autarquia e a energia é feita por puxadas ilegais. Em 1993 a autarquia fez um levantamento das famílias que residiam naquele bairro, e nesse mesmo ano as famílias ficaram recenseadas no âmbito do programa especial de realojamento, chamado PER. Nove anos depois a autarquia realojou grande parte destas famílias, no entanto ainda ficaram famílias para ser realojadas. Desde 1993 até 2015 já passaram 22 anos, estas famílias que estão recenseadas no âmbito do PER a autarquia tem forçosamente que as realojar. Além disso, a autarquia foi inoperante no seguinte, é que como as famílias forma ficando e umas saíram começou a crescer o bairro, começou cada vez mais a haver construções ilegais, porque a fiscalização começou a pactuar, e neste momento existem famílias que não estão neste programa e para as quais a autarquia não tem qualquer programa para as inserir. O PER, para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, foi criado pelo Dec. Lei n.º 163/93 de 7 de maio e o concelho que menos investiu nesta matéria foi precisamente o concelho do Seixal. O que é estranho, porque a lei é igual para todos, o Governo também foi igual para todos e, portanto, nada justifica que 22 anos depois aquele bairro continue ainda erguido. Para este executivo é mais cómodo apontar o dedo ao Governo do que fazer. Em vinte e dois anos a Câmara, além de não ter resolvido o problema ainda o veio a agravar. Coloca as seguintes perguntas, como se explica que alguns municípios que pertencem à zona metropolitana de Lisboa tenham concluído atempadamente o programa enquanto o Seixal já leva cerca de 22 anos de atraso? O que é que está previsto para as famílias que residem no bairro e que não estão inscritas neste programa?

O Senhor Vereador Eduardo Rodrigues, referiu que o papel da oposição não é propriamente dificultar a vida ao executivo em funções, mas sim de cooperar no sentido de alertar, ajudar e apontar algumas deficiências ou valorizando boas soluções. Nesse sentido traz algumas breves



gest //

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

notas e perguntas sobre assuntos que preocupam com certeza os moradores da freguesia de Corroios, porque é nesta freguesia que se encontram.

Na Quinta de Aniza, junto ao campo de futebol de Vale de Milhaços, existe um troço com cerca de 50 metros, que liga a Rua Sá de Miranda à Rua 24. Quem vem da Rua Sá de Miranda e pretenda ir para Corroios ou Santa Marta tem que dar aquela volta que vai desembocar à Av. da Fábrica da Pólvora. Esta pequena solução dos 50 metros que ali se encontra sem alcatrão, poderia de alguma forma aliviar o trânsito e evitar que se desse aquela volta e desaguasse numa avenida que é bastante movimentada.

Sobre a Quinta de Valadares, há lá um ramal de esgotos em que as águas fétidas em algumas zonas saem a céu aberto. Isto é um assunto que dura há muito tempo, e não se verificou até ao momento resolução para este problema. Por outro lado, por outras conversas que teve com alguns moradores da zona, disseram-lhe que parte das infraestruturas estão pagas e seria competência da Câmara completar o trabalho do que os moradores já pagaram. Neste caso, a construção de uma ETAR ou a ligação por debaixo daquela autoestrada para fazer ligação depois mais abaixo. Que solução é que a Câmara apresenta para este problema?

Falando ainda da Quinta de Valadares, verifica-se a necessidade de mais alguns ecopontos. A Rua Orlando Gonçalves é uma rua bastante ampla, julga que só está lá um ecoponto e verifica-se depois aquele lixo todo em redor e as pessoas queixam-se de que gostariam de ver ali a colocação de mais algum ecoponto.

Ao cimo dessa mesma rua que cruza com a rua da Marisol, aparentemente a da Marisol é uma espécie de reta larga, propícia à velocidade e, conseqüentemente, a acidentes, também já foi pedido para aquela zona uma solução, que poderia passar por uma rotunda, um semáforo, ou um controlador de velocidade. Até ao momento nada foi feito.

Relativamente a contentores de lixo, também há algumas reclamações. Esteve numa zona que tinha na semana anterior um grande monte de lixo e havia um contentor. No dia seguinte já havia dois contentores e a zona estava limpa. Isto faz lembrar o que disse há pouco um morador, que alguém aqui hoje fez uma limpeza, porque está tudo muito limpinho nos arredores. Não sabe se teve a ver com o facto de estarem aqui hoje, se houve reclamações, mas ainda bem que assim foi. Há, portanto, a necessidade de verificação dos problemas do lixo naquela zona.

Naquela zona, na parte de cima perto da Marisol, existe um edifício que não sabe se é governamental. Verifica-se que aquele edifício fez uma ligação aos esgotos, porque há um rompimento, o alcatrão cedeu e vê-se a ligação entre as tampas. Quer saber se a autarquia já verificou se há ou não ligação aos esgotos nessa zona e, se verificou se existe mesmo uma ligação, se a autarquia pode ou vai fazer alguma coisa.

A Verdizela, tanto quanto sabe, não tem rede de esgotos, é uma zona supostamente nobre, cara, as pessoas que lá vivem pagaram e, até hoje, não têm rede de saneamento. Além disso, os arruamentos estão em muito mau estado, estão degradados, por buracos, pelas raízes dos pinheiros, e também nesta matéria o executivo sabe que há muitas queixas e que têm sido pedidas muitas intervenções. As intervenções feitas são superficiais, de tapar ligeiramente alguns buracos, não são soluções para aquela zona. Provavelmente o que executivo poderá dizer é que aguarda que se faça o saneamento para se fazer a intervenção, mas isso não se sabe para quando será.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, referiu que uma das questões que não existe só em Corroios, mas que existe em todas as zonas do nosso concelho que são abrangidas por estações da Fertagus, é o problema do estacionamento das viaturas. É uma situação que leva a que muitas vezes as pessoas estacionem em todos os locais possíveis e imaginários à volta das estações em virtude do pagamento que têm de fazer se estacionarem no parque de estacionamento. Já foi abordado que a Câmara andaria em negociações com a Fertagus para que esses parques passassem a ser administrados pela autarquia.

Outra situação também referente a Corroios, tem a ver com as inundações que assolam bastante esta zona. É uma das freguesias que recebe todo um conjunto de linhas de água que vêm desde Almada até aqui e provocam um grande problema. Na última reunião de Câmara referenciou o facto de que vai ser desenvolvido um projecto em Santa Marta para provocar o desnivelamento de



ylt

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

condutas e uma outra caixa, de maneira a aliviar as cheias de Santa Marta. Mas há uma zona de Corroios, não só na EN10, que de cada vez que chove, rapidamente fica inundada. Alguma coisa deve ser perspectivada para minorar essa situação. Como outra que acontece sempre no cruzamento da Rua da Casa do Povo com a rua da AURPI. Já verificou essa situação há uns tempos, e resulta de duas valas que vão desaguar ali e que transportam uma quantidade de água. Uma das valas vem da zona do Feijó, outra vem do outro lado, e naturalmente a quantidade de água que transporta é de tal ordem que depois a conduta que passa por debaixo da rua da AURPI não tem capacidade de escoamento da mesma. Mesmo no cruzamento da AURPI com a rua da Casa do Povo, o empedrado já foi levantado e provoca inundações naquela zona. Há necessidade de resolver isto porque o problema da quantidade de água que as valas transportam e que provém, grande parte dela, de Almada terá que ser obviado. Alguma coisa terá que ser feita porque a capacidade de absorção destas zonas baixas de Corroios não é suficiente.

Sobre as barracas de Santa Marta, só queria referir uma situação. Há aqui um município bem perto que apresentou no início do ano uma proposta para resolver o problema de famílias que precisam de realojamento, é a Câmara de Almada. No início do ano quer arrendar habitações, que hoje estão nas mãos de instituições bancárias, para as disponibilizar a troco do pagamento de rendas sociais a algumas das 800 famílias que permanecem no concelho. Foi o Presidente da Câmara de Almada, Joaquim Judas, que disse numa conferência de imprensa que vai desenvolver isto em conjunto, creio com a IHRU, e colocava essa questão para que pudesse também ser vista alguma situação deste tipo para a zona de Santa Marta.

Outra situação de que tomou conhecimento ontem, numa Assembleia de Freguesia extraordinária de Corroios, um munícipe, julga que ex-trabalhador da Corticeira Amorim, referiu que a empresa perspetivou, em 31 de outubro, o encerramento aqui e a deslocalização para São João da Madeira, proposto aos trabalhadores de Corroios que para lá se deslocassem. A quem não se deslocasse proporia a rescisão do contrato. Depois a empresa não encerrou, só que passou a contratar trabalhadores com salários muito mais reduzidos e alguns deles nem tem as qualificações necessárias para operar com determinado equipamentos que são relativamente perigosos e exigem qualificação para serem operados. É uma questão preocupante, não sei se a Câmara Municipal tinha conhecimento, porque entendo que para o interesse do concelho e desses trabalhadores justificava-se uma abordagem à administração desta empresa para perceber o que é que está a ocorrer para que a Câmara tome alguma posição sobre isto.

Por último, uma situação para a qual foi alertado por um munícipe que vive na área de Miratejo e que lhe disse que, depois de muito tempo encerrada, a praça do moinho de maré passou a abrir ao domingo à tarde. Trata-se de uma situação que se deve referenciar, porque é uma coisa boa.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, apercebeu-se de que há aqui muitos escoteiros à espera da deliberação do ponto 6, e que pacientemente estão há espera. Propôs que quando fossem para a ordem do dia, o ponto 6 passasse para primeiro, para os jovens poderem ir para casa, porque estão de calções e está um frio de rachar.

Queria perguntar à Senhora Vereadora Vanessa Silva se há algum desenvolvimento relativamente à situação do ATL da Quinta das Inglesinhas, que foi discutido em reunião de Câmara há uma ou duas semanas.

A outra questão é sobre a BTL que teve hoje a sua abertura. A Câmara Municipal tem uma participação na BTL e pergunta se ainda se justifica a nossa participação e qual o envolvimento que o município vai ter nesta organização.

Por fim, a questão da avenida ribeirinha de Amora que está em obras e vai sendo arranjada aos poucos. Não se compreende muito bem porque é que o asfalto não é colocado de uma vez.

A Senhora Vereadora Vanessa Silva, prestou os seguintes esclarecimentos.

A Câmara não oferece dinheiro às escolas para nenhum projeto, as escolas é que se candidatam para participar em projetos no âmbito do Plano Educativo Municipal.

A Câmara Municipal tem competências ao nível da manutenção e apetrechamento do 1º ciclo e do pré-escolar, não sabe se os Senhores Vereadores, nomeadamente a Senhora Vereadora Elisabete Adrião, se recordarão, mas foi aprovado por todos nós, e salvo erro até por



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

unanimidade, um novo modelo relativamente ao apetrechamento das escolas do 1º ciclo e pré-escolar no que diz respeito às fotocopiadoras. O modelo que foi criado foi de comparticipação financeira, de transferência de verba para o agrupamento de escolas que depois procedem à contratação com entidades para a colocação de máquinas e planeamento dos contratos de manutenção. Está a desenvolver-se em todos os agrupamentos do nosso concelho. A verba que foi disponibilizada fez parte de um estudo económico que fizeram com a ajuda dos agrupamentos de escolas desde 2013. Permite, para além da nossa competência que é a da manutenção e apetrechamento, adquirirem ainda papel o que irá permitir fotocópias. Portanto, é um acréscimo àquela que é a nossa competência. Lembra que não têm competência de carácter pedagógico e, portanto, todo o material pedagógico das escolas é da competência do Ministério da Educação. Várias vezes têm colocado preocupações relativamente à matéria de subfinanciamento da escola pública por parte do Ministério da Educação, da nossa parte temos este contributo acrescido e ainda um outro através do protocolo dos contratos de execução com as juntas de freguesia. Há ainda possibilidade de as escolas tirarem algumas cópias nas juntas de freguesia, nomeadamente quando se trata dos jornais escolares, que são materiais de grande tiragem.

Relativamente à gestão interna e às limitações e gestão das escolas elas são ditadas pelos órgãos de gestão da escola porque são de carácter pedagógico.

Relativamente ao expediente e limpeza, ele é uma competência legal das juntas de freguesia. Durante muito tempo a Câmara assumiu esta competência, foi depois transferida para as juntas de freguesia por lei. O que conhece é que a Junta de Freguesia de Corroios, tal como as outras, fez um estudo económico baseado em vários aspetos. Dados relativos à utilização dos diferentes consumos de diferentes materiais. A verba, ao invés de ser transferida trimestralmente, foi transferida anualmente. Está certa de que se houvesse alguma falta de material, as escolas com a relação que têm com as juntas de freguesia e com a Câmara Municipal, facilmente chegariam a diálogo e se resolveria o problema.

Sobre o ATL da Quinta das Inglesinhas, foi na última reunião que a Associação de Pais esteve na nossa última reunião de Câmara, e está marcada uma reunião para 6 de março, como referiu na reunião passada.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, disse que regista com agrado que as questões da limpeza passaram a ser uma preocupação também do PS, e acha curioso que estejam incomodados quando está limpo.

Relativamente à situação dos esgotos da Quinta de Valadares, irá ver porque não tem de memória se são áreas que estão entregues ou não.

Em relação ao ecoponto e os pedidos que diz existirem, também irá verificar se há pedidos e porque não foram instalados. Poderá ter a ver com as escoriações de enchimento, a parametrização que se faz dos equipamentos, e não se justificar pelo número de habitantes da zona.

Relativamente às inundações e cheias referidas pelo Senhor Vereador do BE, para já será executada aquela obra em Santa Marta, e que já tinha sido anunciada. A Câmara contratou uma empresa, e o que está definido é a necessidade de construir bacias de retenção. Estão identificados os locais para essas bacias de retenção e o que são os caudais que cada uma poderia conter. Entretanto, a Câmara Municipal com os serviços municipalizados de Almada tem vindo a discutir estas questões e está a preparar candidaturas. Há aqui responsabilidades governativas porque os leitos e as valas não são da responsabilidade do município mas, de qualquer forma, tendo em conta os prejuízos que isso provoca à população, há o envolvimento da Câmara na procura dessas soluções e estão a ver se no quadro comunitário se conseguem encontrar espaço para as candidaturas, tendo em conta que são obras de valor bastante significativo.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves, informou que começava pelas questões relacionadas com as áreas de reconversão da freguesia de Corroios.

Lembrava aos Senhores Vereadores que a área da Quinta de Valadares foi uma área que mais recentemente abordámos tendo em conta o desenvolvimento do próprio processo de reconversão.



egst /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Alertava para que, no âmbito deste processo de reconversão, é preciso salvaguardar que as competências da infra-estruturação competem às comissões das AUGIS. Também é do conhecimento do Senhor Vereador Eduardo Rodrigues que até à conclusão do processo e à divisão da coisa comum, na maior parte dos casos nem estamos a falar de caminhos públicos, porque só mesmo com o processo de reconversão e da divisão da coisa comum é que as áreas se tornam espaço público. A quinta da Aniza está no limite e apanha uma área de reconversão, está no limite de uma propriedade privada. É verdade que há caminhos que são utilizados, mas que no âmbito da intervenção da Câmara e no âmbito das suas responsabilidades são matérias diferentes.

Em relação à referência que fez à Rua da Marisol, não é justa a referência de que não foi feito nada. Já foram introduzidas um conjunto de medidas relativas ao tráfego. O que nos chega dos moradores é também a necessidade de serem introduzidas mais, no que diz respeito às passeadeiras e criação de ilhas, que foram introduzidas precisamente como medidas de acalmia do tráfego. Em relação aos moradores, as soluções e as propostas não são todas consensuais, nomeadamente, em relação às questões das lombas, tendo em conta que é um percurso também feito por um conjunto de transportes pesados que depois tem um efeito do ponto de vista do ruído e que causa incómodo. Por isso são matérias que têm de ser bem equilibradas. Neste momento o município está a estudar medidas alternativas para além das implementadas para a acalmia de trânsito.

Em relação à Verdizela, muito recentemente e estamos a falar dos últimos meses, houve um conjunto muito vasto de dezenas de intervenções e que foram acompanhadas pela Associação de Moradores da Verdizela. Foi algo que com o Presidente da Junta de Freguesia de Corroios e com a Associação de moradores, em relação às prioridades de intervenção, correspondeu à intervenção estrutural na rede de saneamento e pluvial da Verdizela, que permite o desenvolvimento das outras fases.

Em relação ao estacionamento, já tomaram posição em conjunto sobre estas matérias. Há um problema concreto no que diz respeito ao que são as necessidades do estacionamento junto das estações. A verdade é que o Estado português expropriou particulares e o próprio município para criar estacionamentos que deviam responder à necessidade de acesso dos munícipes às estações fluviais. A verdade é que temos hoje um Estado que expropriou para realizar parques e que depois são muitos deles subaproveitados por razões que têm a ver com os custos que estão associados. Desenvolveram um estudo no que diz respeito ao estacionamento condicionado, muito especificamente em relação a Corroios e da sua envolvente, com uma proposta de regulamento que virá brevemente à Câmara. Mas será apenas uma medida minimizadora, porque o que precisamos é de verdadeiros parques de estacionamento junto das estações com dimensão e que, naturalmente, sirvam os munícipes e não outras questões, até porque os Senhores Vereadores também sabem que ainda com maior impacto fora da freguesia de Corroios, alguns desses parques estão a ser utilizados para outros fins que não para os quais pelo que foram expropriados os terrenos pelo Estado.

Em relação às pavimentações que estão a decorrer na Amora, foram identificadas um conjunto de prioridades de intervenção na freguesia de Amora. Situações de conservação, de pavimentação, outras que implicaram a fresagem tendo em conta a necessidade de pavimentar. Mas nenhum destes trabalhos está acabado, é um conjunto ainda alargado e por isso o que é mais espectável é que ainda ocorram situações de fresagem, conservação e pavimentação para poder melhorar as distâncias entre eles, sendo trabalhos de matérias diferentes e alguns deles também alvo de adjudicações.

A Senhora Vereadora Corália Loureiro, quis prestar alguns esclarecimentos em relação à questão colocada pela Senhora Vereadora Elisabete Adrião no que respeita ao bairro de Santa Marta de Corroios.

Neste bairro, 90% são famílias recenseadas no âmbito do PER 93. Cerca de 30 a 40 famílias que foram realojadas mas não no âmbito deste PER, foi no âmbito do PER Famílias, que como sabe tem uma diferença bastante grande em relação ao PER. Porque o PER Famílias é uma forma que consideram até a mais adequada e justa, porque as famílias escolhem a habitação que desejam e,



yst /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

portanto, ficam incluídas. Só tivemos duas ou três situações de PER mesmo, que foram casas que ficaram vagas no Bairro da Cucena, um bairro todo de PER, 50% comunidade cigana e 50% de comunidade africana. Aqui este bairro são famílias no âmbito daquele PER de 93 que assinámos, mas recorda que quem tem esta competência no âmbito da habitação não são as autarquias é o poder central. Nós assinámos, temos vindo a fazer realojamentos como fizemos no bairro da Cucena e no bairro do Fogueteiro, até porque é uma situação que está em análise porque o PER Famílias está vedado, não há verbas e é um sistema que não está vigente e que nós considerávamos que era mais adequado.

Em relação ao PER também é uma situação que está em análise porque apresentaram um novo modelo de realojamento ao Presidente do IRU e ao Secretário de Estado, e estão a aguardar até da parte do Senhor Presidente do IRU. Já foram agendadas três reuniões que depois foram desmarcadas, querem reunir e querem uma resposta em relação a esse novo modelo de realojamento.

Em relação à corticeira Amorim e à questão que foi levantada pelo Senhor Vereador Luís Cordeiro, no dia 12 deste mês, eu e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Corroios estivemos numa ação de solidariedade com os trabalhadores que foram enganados pela empresa. Mostraram-nos a carta, alguns até disseram que estariam aqui nesta reunião de Câmara, provavelmente não tiveram essa possibilidade. Foram chamados à administração, foi-lhes dito que a empresa iria ser deslocalizada para Santa Maria da Feira e que a única responsabilidade que assumia era o transporte das mobílias dos trabalhadores. Os trabalhadores com receio e acreditando que a empresa iria ser deslocalizada, assinaram a dita carta e agora o que constatam é que a empresa não foi deslocalizada. O que fez foi admitir para os seus postos de trabalho trabalhadores sem qualquer experiência, muito jovens, não conhecendo inclusive a produção e acarretando até dificuldades para a própria empresa. Isto não é inédito no nosso país aconteceu agora com esta, mas tem acontecido com outras empresas que se têm servido dos trabalhadores, os têm enganado e mandado para o desemprego.

Isto foi o que aconteceu com estes, cerca de 50, trabalhadores que irão continuar a luta. Manifestámos a nossa solidariedade e disponibilidade para o que os trabalhadores entendessem em que os poderíamos ajudar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu, sobre a proposta do PS para o espaço editorial no Boletim Municipal, que não vinha bem enquadrada do ponto de vista da admissão à ordem de trabalhos. Ele próprio remeteu essa matéria para o Senhor Vereador Samuel Cruz, nem era bem uma tomada de posição, nem era proposta para vir à Câmara.

Em relação à Bolsa de Turismo de Lisboa, o município está representado no quadro dos 18 municípios da área metropolitana de Lisboa e vai fazer o trabalho de exposição e angariação de operadores turísticos para o nosso concelho.

Em relação ao novo modelo de fotocópias nas escolas, para além de terem já discutido a matéria com os agrupamentos, pagaram logo tudo em dezembro, este ano letivo foi pago adiantado para que não fosse por falta de dinheiro que não se fizessem fotocópias.

O Senhor Vereador Eduardo Rodrigues, disse que o executivo não respondeu às suas perguntas e que vai voltar a colocá-las. Dá a sensação que não se sabe se há lá esgotos ou não.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, pediu desculpa para interromper o Senhor Vereador Eduardo Rodrigues, dizendo-lhe que foi fazer uma visita a um sítio que o Senhor não conhece, vê lá três ou quatro coisas e agora quer que o Vereador Jorge Gonçalves ou o Vereador Joaquim Tavares que com 160.000 habitantes, com milhares de problemas, conheçam os sítios onde o Senhor esteve, isso não é admissível. O que os Senhores Vereadores disseram foi que registaram as situações, claro que não conhecendo no concreto, se conhecessem teriam informado, como é natural.

O Senhor Vereador Eduardo Rodrigues, respondeu que sabe de fonte limpa que sabem do que estamos a falar, uma coisa é dizer que não quer responder, não tenho resposta, outra coisa é



ylt /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

vamos ver, do que estamos a falar. Os Senhores sabem de tudo o que estamos a falar, a Quinta de Valadares é perfeitamente conhecida, o assunto já aqui foi trazido, está em ata e foi respondido de uma outra forma. A questão é muito simples, é relativamente aos esgotos e o problema principal é aquela zona não ter ainda de esgotos e os Senhores sabem que não tem continuidade e há ali um problema de escoamento de esgotos.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, disse que, em relação à proposta do PS, que os vereadores estão aqui para fazer política, as questões técnicas são com os serviços técnicos, ou seja, os Vereadores apresentam a proposta e a partir daí são os serviços competentes que constroem os processos. Hoje era uma sessão muito participada, porque era à noite, porque era descentralizada, era uma questão que do ponto de vista político o Senhor Presidente não queria discutir, tanto assim é que várias propostas foram apresentadas e vieram todas à reunião de Câmara, mas desta vez lembrou-se disto.

Em relação às escolas, e estão aqui responsáveis da junta, vai dizer o seguinte. Há efetivamente um problema que foi relatado, o Agrupamento de Vale de Milhaços disse que não participariam no desfile de carnaval porque entendeu que as prioridades da autarquia estão invertidas, há uma grande restrição para com o que tem a ver com o funcionamento da escola, mas depois há dinheiro para a festa.

Ninguém percebe porque é que os serviços centrais da Câmara estejam instalados num edifício que custa de renda não amortizável, 300.000€ por mês, e que os serviços centrais e operacionais custem a renda não amortizável de 6 milhões de euros por ano, e que depois na escola andamos a contar um litro de sonasol que se gasta para lavar o chão. As coisas têm que ser equilibradas e isto é um problema político e de opções.

Em relação aos esgotos de Valadares, o Senhor Vereador Joaquim Tavares disse que ia lá ver. Pode ir lá ver, vai ver o que já sabe, porque andava lá o camião cisterna no outro dia, não sei se é todos os dias ou dia sim, dia não, a bombear os esgotos. Aquilo não tem ligação e está farto de saber, eu já lá estive, mas por acaso não acompanhei o Vereador Eduardo na visita, já viu deita para fora até ir lá o camião da Câmara que vai lá bombeia para fora e vai despejar para outro lado qualquer, provavelmente já na rede.

Em relação a Santa Marta, a Senhora Vereadora Corália Loureiro disse que em Santa Marta, 90% é PER. Número curioso porque o PER foi feito em 93 no país todo, identificou 45.000 famílias, neste momento está concluído em mais de 90%, quer dizer que das 45.000 famílias do PER, 41.000, estão alojadas, são dados oficiais. A taxa de execução do PER a nível nacional é superior a 90%, com o Seixal, Santa Marta com 90% por realojar, é o inverso. 45.000 Famílias recenseadas a nível nacional, 41.000 está realojada, taxa de execução de PER no país superior a 90%, 28 municípios envolvidos da área metropolitana de Lisboa 5 não concluíram, 3 são CDU, Almada, Loures, Seixal, dois são do PS, Odivelas e Amadora.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que não tem medo de discutir nada. Os Senhores apresentaram há pouco tempo uma proposta sobre o provedor municipal, foi instruída como deve ser, não percebe. Aliás, quando remeteram até pensou que fosse uma tomada de posição, mas quando leu viu que não era uma tomada de posição mas uma proposta. Enviou para a AAOA, para o Dr. João Coutinho, Secretário da Câmara, para os informar, porque os Senhores nem remeteram para si, enviaram diretamente para o Secretário da Câmara. O que fez foi normal. Sobre o PER, infelizmente estas matérias são vistas como Sporting ou Benfica, são problemas reais dos municípios, são problemas reais do país, e têm que se encontrar modelos novos. O Senhor Presidente do IHRU esteve numa reunião consigo e com a Senhora Vereadora Corália Loureiro, e disse que não havia dinheiro nem para o PER, nem para o PER Famílias. Como é que é possível estar 90% do PER executado? Não há dinheiro, e foi por isso que o município do Seixal avançou com um novo modelo que é assente no edificado que já existe, nas casas devolutas que já aqui foram referidas. Se há tantas casas à venda pelos bancos, utilizemos essas habitações para as pessoas que precisam, e foi essa a proposta que levaram ao Secretário de Estado. Agora não querem fazer sozinho, tem que haver um modelo nacional, um modelo metropolitano para o problema, não é cada um desenrasca-se. É muito fácil dizer que a Câmara tem de realojar



yst /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

aquelas pessoas todas, quando ao mesmo tempo fecham serviços da segurança social e atendimentos, ou o SAP.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia já pediu várias vezes para intervir, foi visado na intervenção e quer prestar um esclarecimento. Se houver acordo entre todos dar-lhe-á a palavra, porque é uma situação atípica.

O PS não autoriza que o Senhor Presidente da Junta possa intervir na reunião de Câmara Municipal, e apesar de ser o Presidente da Câmara Municipal, respeita a democracia e a posição do PS e não poderá dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, esclareceu que, esta posição baseia-se única e exclusivamente em que na última Assembleia Municipal, foi ainda que de forma velada violentamente vilipendiado na sua honra, era o seu nome e pediu a defesa de honra, que figura no regimento. Numa interpretação literal da lei o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não concedeu. Havia uma segunda hipótese, que era o Senhor Presidente da Câmara ter alegado o direito contraditório para defesa de um membro do executivo mas também não o concedeu. Portanto, como as regras são iguais para todos, tendo em conta o que se passou na última Assembleia Municipal, onde houve uma interpretação restrita da lei, o PS acha que deve ser igual para todos.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Neste período foram apreciados os seguintes assuntos, constantes no Edital nº 020/2015, e arquivados em pasta anexa à presente Ata.

1. INFORMAÇÕES

➤ **Informação n.º 067/2015** – Agenda Quinzenal de Atividades – Destaques de 25 de fevereiro a 10 de março.

➤ **Informação n.º 068/2015** – Petição n.º 457/XII (4ª) – “Saúde – Um direito das populações «Pelo Hospital no Seixal e por novos Centros de Saúde».

➤ **Informação n.º 069/2015** – Relatório de atividades do Departamento do Plano, Orçamento e Gestão Financeira, referente ao mês de janeiro.

➤ **Informação n.º 070/2015** – Relatório de despachos proferidos, pelo Senhor Vereador Jorge Gonçalves, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 1015-PCM/2013 datado de 23 de outubro, alterado pelo despacho n.º 1053-PCM/2013 datado de 1 de novembro, entre o período de 5 a 19 de fevereiro de 2015.

- ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (334/VJG/2015 - 111/R/09 - CONSTRUÇÕES MORAIS & OLIVEIRA, LDA.;335/VJG/2015 - 351/R/07 - IDEIAS ESTIMULADAS, LDA.;350/VJG/2015 - 80/R/10 - SIMÃO MARQUES

PIMENTA;415/VJG/2015 - 54B13 - MANUEL JOAQUIM GONÇALVES BACIÃO DE AMORIM;)

- ALVARÁ DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (346/VJG/2015 - 47/B/2014 - CIDADE CRUZ PROMOÇÃO IMOBILIARIA LDA;406/VJG/2015 - 58/R/1995 - JOSE MONTEIRO;)

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (413/VJG/2015 - 24/B/14 - SIUNA CONSTRUÇÕES, S.A.);)

- APERFEIÇOAMENTO DO LICENCIAMENTO - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (306/VJG/2015 - 58/R/2012 - ALMERINDO EVARISTO CORDEIRO;354/VJG/2015 - 565/BS/79 - FAUSTO PINTO SOARES;)

- APROVAÇÃO DO LICENCIAMENTO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S)



Yut /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

(338/VJG/2015 - 50/R/11 - LUÍS JOÃO LOPES;)
- AUTO DE MEDIÇÃO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) Nº(S) (425/VJG/2015 - 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - JANEIRO 2015 - EMPREITADA DE ARRANJOS EXTERIORES E TRABALHOS COMPLEMENTARES)
- AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (407/VJG/2015 - 119/T/14 - NOS COMUNICAÇÕES SA;430/VJG/2015 - 109/T/2014 - NOS COMUNICAÇÕES SA;431/VJG/2015 - 104/T/2014 - NOS COMUNICAÇÕES SA;)
- AVERBAMENTO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (349/VJG/2015 - 577/B/93 - FERNANDO MANUEL DUARTE OLIVEIRA NUNES;352/VJG/2015 - 12-B-2011 - SAXPTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LDA;)
- CANCELAMENTO DE HIPOTECA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (409/VJG/2015 - 6/G/96 - RAQUEL QUEIRÓS OLIVEIRA;)
- CANCELAMENTO DE ÔNUS DE NÃO INDEMNIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (418/VJG/2015 - 13/G/97 - MANUEL FERNANDES SEVERINO;)
- COMUNICAÇÃO PRÉVIA - PRETENSÕES APRECIADAS E ADMITIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (428/VJG/2015 - 83/R/11 - CARLOS MANUEL GOMES FERNANDES;)
- PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS LIMINARMENTE DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (355/VJG/2015 - 690/B/95 - MAPAPADRAO, LDA.);
- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO

DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (343/VJG/2015 - 17/B/2013 - ADILSON CESAR VEIGA TAVARES;)
- CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (439/VJG/2015 - 41-B-2010 - EDITO EDIFICADORA TOMARENSE LDA;)
- INFORMAÇÃO PRÉVIA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (351/VJG/2015 - 9/I/2012 - CIVILRIA, S.A.);
- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (342/VJG/2015 - 18/B/2015 - IDEIAS MARCANTES PROMOÇÃO IMOBILIARIA LDA;)
- LICENÇA DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) Nº(S) (358/VJG/2015 - 627/AR - BRUNO BARATA & SANDRO BARATA, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP REFERENTE A UM TOLDO COM PU359/VJG/2015 - 226/FF - OS GASPARES MINI MERCADO, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP REFERENTE A UMA SANEFA SITO RUA393/VJG/2015 - 186/AR - A IDEAL TORRENSE, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP COM UM TOLDO COM PUBLICIDADE SITO EM AV M.F.400/VJG/2015 - 169/AM - RICO & CÉLIA, LDA. INDEFERIMENTO RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP REFERENTE A UMA SANEFA SITA403/VJG/2015 - 1260/CO - SALIM IBRAHIM. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO E UM TOLDO 404/VJG/2015 - 1260/CO - SALIM IBRAHIM. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO E UM TOLDO COM)
- LICENÇA ESPECIAL - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (408/VJG/2015 - 16/B/99 - REDENFER - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.); - LICENÇA OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPAC353/VJG/2015 - 66/AR - MERITOSINGULAR UNIPESSOAL, LDA. INDEFERIMENTO LICENÇA DE OEP COM ESPLANADA ABERTA SITA AV 25 DE ABRIL, 14356/VJG/2015 - 91/AR - LUCINDA OLIVEIRA MARGARIDO PIEDADE MONTEIRO, RENOVAÇÃO LICENÇA DE OEP REFERENTE A UM EXPOSITOR DE ARTIGO357/VJG/2015 - 91/AR - LUCINDA OLIVEIRA MARGARIDO PIEDADE MONTEIRO, RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OEP REFERENTE A UM TOLDO SITO EM AV360/VJG/2015 - 322/AM - MANUEL RESENDE DA SILVA, LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM UM TOLDO SITO RUA JAIME CORTESÃO, 17 RC 369/VJG/2015 - 563/AR - TURIABRE CONSTRUÇÕES LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE OEP REFERENTE A PAVILHAO TEMPORARIO/STAND VENDA DE IMOVEI389/VJG/2015 - 42/AM - BRUNO MIGUEL PIRES COSTA, LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA ABERTA, 13 RC DTº - CRUZ DE PA401/VJG/2015 - 169/AM - RICO & CELIA, LDA. INDEFERIMENTO LICENÇA DE OEP COM ESPLANADA BERTA SITA RUA BERNARDINO MACHADO, 28 B -) - LICENÇA PUBLICIDADE - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPAC307/VJG/2015 - 38/AR - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE UM PAINEL SITO ROTUNDA CONTINENTE, VIADUTO REFER308/VJG/2015 - 39/AR - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM ROTUNDA CONTINENTE, VIADUTO REFE309/VJG/2015 - 41/AR - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO AV

1º DE DEZEMBRO DE 1640 - CASAL DO 310/VJG/2015 - 44/AR - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO ROTUNDA CO CONTINENTE, POSIÇÃO 182, N311/VJG/2015 - 45/AR - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV 1º DE DEZEMBRO DE 1640, CASAL D312/VJG/2015 - 51/FF - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM EN378, FERNÃO FERRO, POSIÇÃO 81, N313/VJG/2015 - 51/CO - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE UM PAINEL SITO EM RUA CIDADE DE ALMADA - CORROIOS314/VJG/2015 - 52/CO - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV 25 DE ABRIL, JUNTO A ROTUNDA, C315/VJG/2015 - 53/CO - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM EN10, JUNTO AO VIADUTO DA A2, COR316/VJG/2015 - 53/CO - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM RUA CIDADE DE ALMADA, VEDAÇÃO MERC317/VJG/2015 - 53/FF - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM EN378, POSIÇÃO 83, NO PERIODO DE 0318/VJG/2015 - 55/FF - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM EN 378, FERNÃO FERRO, POSIÇÃO 121,319/VJG/2015 - 63/SX - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV VASCO DA GAMA, SEIXAL, POSIÇÃO 320/VJG/2015 - 67/AM - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV 1º DE MAIO, FOGUETEIRO, POSIÇÃO321/VJG/2015 - 68/AM - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV 2º DEM MAIO/RUA OLIVEIRA MARTIN322/VJG/2015 - 69/AM - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV 1º DE MAIO, POSIÇÃO 45 E 46, NO323/VJG/2015 - 70/AM - AUTEDOR



YGT
/

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM ESTRADA FOROS DE AMORA, NO PERIODO 324/VJG/2015 - 74/AM - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO AV TIMOR LOROSAE, POSIÇÃO 53, NO PERIODO 325/VJG/2015 - 75/AM - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM ESTRADA FOROS DE AMORA, POSIÇÃO 32326/VJG/2015 - 305/CO - AUTEDOR PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV RUI GRACIO, POSIÇÃO 249, NO PERIODO 327/VJG/2015 - 423/AM - XPTO PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM ESTRADA DOS FOROS DE AMORA, POSIÇÃO 328/VJG/2015 - 197/AR - XPTO PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA PAINEL SITO EM RUA CASAL DO MARCO, POSIÇÃO 97, NO PERIODO 329/VJG/2015 - 140/FF - XPTO PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM EN378/RUA ADELINO SACOUTO, POSIÇÃO 1330/VJG/2015 - 96/PP - XPTO PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM EN10, CASAL DO MARCO, POSIÇÃO 162/163331/VJG/2015 - 425/AM - XPTO PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM EN10, AV 1º DE MAIO, FOGUETEIRO, POSIÇÃO 332/VJG/2015 - 493/AM - XPTO PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV DO MAR/VERDIZELA, POSIÇÃO 341, NO PERIODO 333/VJG/2015 - 1561/AM - XPTO PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO EM AV DO MAR/VERDIZELA, POSIÇÃO 345, NO PERIODO 339/VJG/2015 - 16/FF - LIDERSUL, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE UM CORRIMÃO SITO AV 25 ABRIL/AV QTA DAS LARANJEIRAS 340/VJG/2015 - 19/AR - LIDERSUL, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM CORRIMÃO SITO AV PRINCIPAL COM RUA TEIXEIRAS 341/VJG/2015 - 249/CO - ESPAÇO EXTERIOR, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PAINEL SITO ESTRADA VALE MILHAÇOS, NO PERIODO DE 01,01,2015

A347/VJG/2015 - METRO NEWS PUBLICAÇÕES, S.A. LICENÇA PUBLICIDADE PARA OS DIAS 13 E 14 FEVEREIRO, NA CIDADE DO SEIXAL, PARA AÇ361/VJG/2015 - 243/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UMA VIATURA MATRICULA 53-JV-39, NO PERIODO 362/VJG/2015 - 251/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA COM A MATRICULA 90-JC-11, NO PERIODO 363/VJG/2015 - 245/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UMA VIATURA MATRICULA 90-JC-08, NO PERIODO 364/VJG/2015 - 321/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 53-NX-18, NO PERIODO D366/VJG/2015 - 246/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 86-JU-91, NO PERIODO D367/VJG/2015 - 260/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 34-LM-45, NO PERIODO D368/VJG/2015 - 244/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 90-JC-10, NO PERIODO D370/VJG/2015 - 274/AM - INSTITUTO EMP FORMAÇÃO PROFISSIONAL-CENTRO FORMAÇÃO PROF DO SEIXAL, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A SEIS BANDEIRAS E DOIS SUPORTES LETRAS SOLTAS SITO RUA INFANTE D AUGUSTO, CURZ DE PAU, NO PERIODO DE 01,01,2015 A 372/VJG/2015 - 248/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 86-JU-88, NO PERIODO D373/VJG/2015 - 323/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA 53-NX-19, NO PERIODO DE 09,09,20 374/VJG/2015 - 322/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 53-NX-73, NO PERIODO D375/VJG/2015 - 324/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

ylt /

PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 84-OH-41, NO PERIODO D376/VJG/2015 - 285/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 96-LM-82, NO PERIODO D378/VJG/2015 - 1312/AM - INSTITUTO EMP FORMAÇÃO PROFISSIONAL/CENTRO EMPREGO DO SEIXAL. RENOVAÇÃO LICENÇA PUB REFERENTE A UM RECL379/VJG/2015 - 252/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 69-IZ-92, NO PERIODO D380/VJG/2015 - 253/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 57-IR-81, NO PERIODO D381/VJG/2015 - 114/AR - JCDECAUX POTUGAL LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM MUPI DE DUPLA FACE SITO PARQUE EST382/VJG/2015 - 1259/CO - SALIM IBRAHIM, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP COM UM RECLAMO LUMINOSO E DOIS TOLDOS COM PUBL383/VJG/2015 - 1259/CO - SALIM IBRAHIM, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP COM UM RECLAMO E DOIS TOLDOS COM PUBLICIDADE S384/VJG/2015 - 126/SX - CRECHE E JARDIM INFANCIA D MARIA LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO S385/VJG/2015 - 250/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 86-JU-80, NO PERIODO D386/VJG/2015 - 371/AM - MARIA ADELAIDE FERNANDES M CHARRUADAS, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP COM TRES TOLDOS E UM RE387/VJG/2015 - 305/DV - RAPITAXIS, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 04-NH-76, NO PERIODO DE 3388/VJG/2015 - 564/AR - VENTURA & PEDROSA, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO SITO EM RUA JOA390/VJG/2015 - 168/AR - MARIA ANTONIA CHUÇO P NUNES, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO E UMA

PLAC391/VJG/2015 - 53/PP - ELO FABRICA NACIONAL MAT AUTOMOVEL, SA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM SUPORTE LETRAS SOLTAS, UM PAINEL DE DUPLA FACE E DOIS SIMBOLOS SITO RUA QTA DA GALEGA, 24 - CASAL DO MARCO, NO PERIODO DE 01,01,2015 A 31,12,2015;392/VJG/2015 - 261/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 34-LM-75, NO PERIODO D394/VJG/2015 - 1272/AM - GILTILA LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UMA PLACA PUBLICITARIA SITA PCT DE XIME, 2 BC395/VJG/2015 - 254/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 57-IR-55, NO PERIODO D396/VJG/2015 - 249/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 86-JU-87, NO PERIODO D397/VJG/2015 - 286/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A VIATURA MATRICULA 86-LM-78, NO PERIODO D419/VJG/2015 - 432/CO - PROJECTO 3 PUBLICIDADE E MARKETING, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM PAINEL SITO EM RU420/VJG/2015 - 433/CO - PROJECTO 3 PUBLICIDADE E MARKETING, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM PAINEL SITO EM 421/VJG/2015 - 434/CO - PROJECTO 3 PUBLICIDADE E MARKETING, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM PAINEL SITO EM 422/VJG/2015 - 670/AM - PROJECTO 3 PUBLICIDADE E MARKETING, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM PAINEL SITO JUN423/VJG/2015 - 1271/AM - PROJECTO 3 PUBLICIDADE E MARKETING, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM PAINEL SITO EN424/VJG/2015 - 1743/AM - PROJECTO 3 PUBLICIDADE E MARKETING, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM PAINEL SITO AV) - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS



glt /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (371/VJG/2015 - 110/CO - J C AMARAL & ANDRADE, LDA. RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO SITO EM PCT)

- LICENCIAMENTO DE OBRAS - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (344/VJG/2015 - 27/B/1990 - ANTONIO NUNES FETEIRA;405/VJG/2015 - 518/B/1960 - CARLOS MARQUES DIAS;)
- LICENCIAMENTO DE OBRAS DE DEMOLIÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (417/VJG/2015 - 102/B/14 - MANUEL ANTONIO SOBRAL;)
- LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (416/VJG/2015 - 21/B/80 - CASIMIRO MENDES TAVARES;)
- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (411/VJG/2015 - 26/E/08 - INDUSEQUIPAMENTO - MATERIAL PARA A INDÚSTRIA, LDA.);
- LICENCIAMENTO PUBLICIDADE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPAC304/VJG/2015 - 664/CO - TERESA MARILUZ TEIXEIRA JACO BRUNIDO, DEFERIMENTO LICENÇA DE PUBLICIDADE E DE OEP REFERENTE A UM SANEFA 305/VJG/2015 - 2/CO - MARIA CLOTILDE MACEDO, DEFERIMENTO RENOVAÇÃO LICENÇA DE SANEFA, NO PERIODO DE 01,01,2015 A 31,12,2015 E LI)
- MANUTENÇÃO TEMPORARIA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (398/VJG/2015 - 780/B/95 - JOSÉ ANDRÉ DUARTE SIMÕES;)
- OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S)

(365/VJG/2015 - 174/B/68 - CONDOMINIO PREDIO SITO RUA LUIS CAMOES 27 - ARRENTELA;)

- OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (336/VJG/2015 - 392-B-1982 - CONDOMINIO DO PREDIO SITO NA R. LUZ SORIANO, 25 AMORA;345/VJG/2015 - 337/B/60 - MARIA HELENA VIEIRA MATOS MARTINS;348/VJG/2015 - 718/B/93 - CONDOMINIO PREDIO SITO AVª RUI GRÁCIO 61 - CORROIOS;377/VJG/2015 - 276/C/62 - MARIA RITA SOROMENHO VIANA BAPTISTA;410/VJG/2015 - 941-B-1977 - ADMINISTRAÇÃO DO PREDIO SITO NA R. FOROS DE AMORA, Nº 19 AMORA;426/VJG/2015 - 705/B/60 - CONDOMINIO DO PRÉDIO SITO NA RUA PROFESSOR DR. EGAS MONIZ, Nº 17, ALDEIA DE PAIO PIRES;427/VJG/2015 - 945/B/81 - CONDOMINIO DO PREDIO SITO NA PRACETA JOAQUIM BATISTA PEREIRA, Nº 4, AMORA;434/VJG/2015 - 1084/B/87 - CONDOMINIO PREDIO SITO RUA LIBERDADE 13 - AMORA;435/VJG/2015 - 174/B/71 - CONDOMINIO PREDIO SITO RUA CIPRIANO DOURADO 1 - AMORA;438/VJG/2015 - 352-B-1981 - JOSE FERNANDO ANJINHO GARCIA;)-
- PROJECTO DE ALTERAÇÕES - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (412/VJG/2015 - 6/C/12 - C.S.N.S.P. 441 SA.;436/VJG/2015 - 14/R/96 - FILIPE JOSÉ CRISPIM ALGARVIO;437/VJG/2015 - 1076/B/89 - FRANCISCO MARIA RODRIGO;)
- PROJECTO DE ARQUITECTURA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (414/VJG/2015 - 84/B/14 - SÓNIA VALÉRIA FONSECA NUNES;)
- PROJECTO DE DEMOLIÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (433/VJG/2015 - 102/B/14 - MANUEL ANTONIO SOBRAL;)
- PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR



ylt
13

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPAC337/VJG/2015 - DEP-58/DAPRO/2015 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA PARA APOIO AO)

- PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPAC432/VJG/2015 - DEP - 58/DAPRO/2015 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO (AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA SOCIOLOGIA) À ENTIDADE SOFIA GAS)

- PRORROGAÇÃO DE PRAZO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (429/VJG/2015 - 453/B/87 - JOAQUIM MESTRE MARTINS CHETA;)

- REJEIÇÃO DA COMUNICAÇÃO PREVIA - PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº(S) (402/VJG/2015 - 32/E/06 - CARLOS ALBERTO PEREIRA LOPES;)

- VISTORIA DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO (S) Nº (S) (399/VJG/2015 - 130/R/10 - JOSÉ MARIA GARCIA FERNANDES E OUTROS;)

➤ **Informação n.º 071/2015** – Relatório mensal de atividades, da Divisão de Ação Social, referente ao mês de outubro.

➤ **Informação n.º 072/2015** – Relatório mensal de atividades, da Divisão de Águas

Residuais, referentes ao mês de janeiro.

➤ **Informação n.º 073/2015** – Relatório mensal de atividades, da Divisão de Manutenção e Conservação Urbana, referente ao mês de dezembro de 2014.

➤ **Informação n.º 074/2015** - Relatório mensal de atividades, da Divisão de Manutenção e Conservação Urbana, referente ao mês de janeiro.

➤ **Informação n.º 075/2015** - Relatório de atividades, da Divisão de Manutenção e Conservação Urbana, referente ao 4º trimestre de 2014.

➤ **Informação n.º 076/2015** - Relatório anual de atividades, da Divisão de Manutenção e Conservação Urbana, referente ao ano de 2014.

➤ **Informação n.º 077/2015** – Relatório anual de atividades referente ao ano de 2014, das seguintes unidades funcionais: Divisão de Ação Cultural; Gabinete de Gestão Cultural da Quinta da Fidalga; Divisão da Biblioteca Municipal; Divisão de Património Histórico e Museus e Gabinete de Gestão das Embarcações Tradicionais.

➤ **Informação n.º 078/2015** – Relatório de despachos proferidos, pelo Senhor Vereador José Carlos Gomes, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 1015-PCM/2013 datado de 23 de outubro, alterado pelo despacho n.º 1053-PCM/2013 de 1 de novembro, nos termos do ponto V do despacho supra e do n.º 1 do art.º 39º do CPA (Código do procedimento Administrativo), proferidos no período de 10 a 16 de fevereiro de 2015.

➤ **Informação n.º 079/2015** – Escola Básica do 1º ciclo, n.º 1 de Arrentela – Agradecimento.

➤ **Informação n.º 080/2015** – Escola Básica do 1º ciclo, n.º 1 de Arrentela – Agradeciment

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que há proposta de adenda relacionada com as matérias de ação social escolar que já conhecem. Até à aprovação do Regulamento da Ação Social Escolar todos os apoios às crianças que necessitam têm que ser aprovadas pela Câmara Municipal, sob proposta quer do Vereador do Pelouro, quer pelo Presidente da Câmara. Nesse sentido emitiu os despachos 150 e 164 que coloca à vossa consideração para entrar como adenda.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, informou que o PS vai votar a favor da inclusão deste assunto, porque é um assunto de extrema importância para a vida das crianças, no entanto, e como se prova era possível a nossa proposta à Câmara Municipal também entrar, nem que fosse sobre a forma de adenda nesta altura, sendo certo que já apurou o que se passou. Do ponto de vista formal o PS colocou no corpo do *email* o enquadramento legal e apresentou a proposta em anexo. Bastava que



ght

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

os serviços tivessem feito *copy paste* e ter colocado na mesma folha o corpo do *email* que tinha a fundamentação legal, juntava a proposta e estávamos em condições para aqui a discutir. Não fizeram, é possível fazer e está aí que a entrada desta proposta nesta altura é a prova provada que a proposta do PS podia ter entrado também.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu que, coisas diferentes, isto tem carácter urgente de deliberação, para mais não foi entregue a seguir nenhuma proposta, o que leu não foi isso. Sendo assim, está aprovada a adenda.

Pegando na proposta do Senhor Vereador Paulo Cunha e estando aqui várias pessoas à espera do n.º 6 começaríamos, se houvesse acordo, pelo ponto n.º 6, do Pelouro da Educação, Cultura e Juventude.

2. Deliberação nº 048/2015-PCM - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DO SEIXAL E O INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO. APROVAÇÃO DE MINUTA.

Proposta:
Presidência

A subida do Nível Médio do Mar e os eventos extremos são problemáticas atuais e com agravamento futuro num Concelho ribeirinho como o do Seixal, com uma grande extensão de terrenos naturais e urbanos que poderão ser afetados por esta consequência das Alterações Climáticas. Como consequência da sua exposição á subida do nível do mar, o Município do Seixal deve socorrer-se do melhor conhecimento e ferramentas para estabelecer estratégias de adaptação. O conhecimento detalhado dos processos de transporte de sedimentos na Baía do Seixal e a sua interação com as zonas de sapal assumem especial relevância neste contexto.

O presente protocolo estabelece o âmbito das parcerias e ações de colaboração entre a Câmara Municipal do Seixal e o Instituto Superior Técnico (em particular a equipa do MARETEC, coordenada pelo Professor Ramiro Neves), nas áreas de investigação aplicada ao ambiente marinho e respetiva modelação, com vista a aproveitar reciprocamente as potencialidades técnicas, humanas e de inovação entre as duas entidades.

A técnica da Câmara Municipal do Seixal e doutoranda do Programa Doutoral Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Susana Maria Pinto de Noronha, aluna de Doutoramento do Instituto Superior Técnico, tendo como co-orientador o Professor Ramiro Neves, exercerá o seu trabalho de pesquisa para a respetiva tese intitulada "Adaptação às Alterações Climáticas em Ambiente Estuarino", sendo elo de ligação e de cooperação mútua entre ambas as Instituições.

Com este enquadramento, proponho, tendo presente o disposto na alínea r) do nº 1 do art. 33º do anexo à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a aprovação da minuta de protocolo de cooperação em anexo.

Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal do Seixal
e o

Instituto Superior Técnico

Considerando que:

A subida do Nível Médio do Mar e os eventos extremos são problemáticas atuais e com agravamento futuro num Concelho ribeirinho como o do Seixal, com uma grande extensão de terrenos naturais e urbanos que poderão ser afetados por esta consequência das Alterações Climáticas. Como consequência da sua exposição à subida do nível do mar o Município do Seixal deve socorrer-se do melhor conhecimento e ferramentas para estabelecer estratégias de adaptação. O conhecimento detalhado dos processos de transporte de sedimentos na Baía do Seixal e a sua interação com as zonas de sapal assumem especial relevância neste contexto.

O conhecimento da dinâmica sedimentar em estuários e as ferramentas de modelação existentes no Instituto Superior Técnico, nomeadamente o modelo MOHID, são de grande importância para a definição das estratégias de adaptação às Alterações Climáticas. A qualidade dos resultados das simulações aumenta com a qualidade dos dados de entrada e com o conhecimento da situação existente no Município. Como consequência da complementaridade de interesses, celebram



ght /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

o presente protocolo de colaboração, que se rege pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRO: MUNICÍPIO DO SEIXAL, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 506173968, com sede na Alameda dos Bombeiros Voluntários 45,2844-001 Seixal, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Santos, adiante designada por CMS, e que outorga com os poderes que foram conferidos pela deliberação n.º ____/2015-CMS, tomada na reunião ordinária realizada a 25 de fevereiro.

SEGUNDO: INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, com sede na Av. Rovisco Pais, em Lisboa, titular do Cartão de identificação de Pessoa Coletiva n.º 501507930, de agora em diante designado por IST, representada neste ato pelo seu Presidente Arlindo Oliveira.

PRIMEIRA

O presente protocolo estabelece o âmbito das parcerias e ações de colaboração entre a CMS e o IST (em particular a equipa do MARETEC, coordenada pelo Professor Ramiro Neves), nas áreas de investigação aplicada ao ambiente marinho e respetiva modelação, com vista a aproveitar reciprocamente as potencialidades técnicas, humanas e de inovação entre as duas entidades. A técnica da CMS e doutoranda do Programa Doutoral Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Susana Maria Pinto de Noronha, aluna de Doutoramento do 1ST, tendo como co-orientador o Professor Ramiro Neves, exercerá o seu trabalho de pesquisa para a respetiva tese intitulada "Adaptação às Alterações Climáticas em Ambiente Estuarino", sendo elo de ligação e de cooperação mútua entre ambas as Instituições.

SEGUNDA

A CMS compromete-se a:

- Disponibilização de dados base necessários à pesquisa, tais como topografia, batimetria, fotografia aérea e SIG, da área de estudo (Baía do Seixal e envolvente-zonas inundáveis).
- Disponibilização de meios para eventuais workshops/seminários.

TERCEIRA

O IST compromete-se a:

- Orientação da tese e ajuda na modelação da bafa do Seixal com o programa MOHID, cujo desenvolvimento é coordenado pelo Professor Ramiro Neves; sendo uma mais valia de aplicação deste software, a uma escala mais pormenorizada que a do modelo existente do Estuário do Tejo, fornecendo dados de zonas de acumulação/erosão, entre outros com mais realismo e precisão.
- Estudo de soluções de engenharia (proteção costeira e drenagem), junto de outros docentes.

QUARTA

O Tipo de Acção deste Protocolo estende-se então às seguintes áreas:

-A disponibilização e utilização de documentação /informação/software de modelação -Investigação e Desenvolvimento

- Cooperação Técnica
- Divulgação em Seminários/Workshops/Palestras

QUINTA

O protocolo será válido por um ano, renovando-se automaticamente por períodos iguais até que uma das partes rescinda.

O presente protocolo foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes e será assinado pelos representantes de ambas as partes.

Câmara Municipal do Seixal, _ de _____ de 2015

O Presidente da

Câmara Municipal do Seixal



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

O Presidente do

Instituto Superior Técnico

O Proponente
O Presidente da Câmara
Joaquim Cesário Cardador dos Santos”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que se trata de um protocolo a realizar com o Instituto Superior Técnico. Uma funcionária do Município do Seixal, irá desenvolver uma tese de mestrado relacionada com as alterações climáticas e no quadro de outros projetos que têm tido. Poderá ser importante analisar a subida da água na Baía do Seixal e em algumas zonas ribeirinhas.

3.Deliberação n.º 049/2015 – CMS – APOIO À OBRA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BAIRRO DE VALE DE CHÍCHAROS. CONTRATO PROGRAMA.

Proposta:

Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Desenvolvimento Social

“O Núcleo Habitacional de “Vale de Chícharos”, surgiu nos anos 80 após a falência da empresa construtora, ficando por concluir um conjunto de edificações em diversas fases de construção. Estas edificações foram gradualmente sendo ocupadas por pessoas na sua maioria com origem em países africanos de língua portuguesa, que aos poucos foram improvisando de modo a conseguirem ter saneamento básico e luz de forma muito precária através de puxadas da rede pública, o que acarreta custos muito elevados quer por parte da entidade fornecedora quer para a autarquia. Em Julho de 2014 iniciaram-se negociações entre a EDP, a autarquia e a população residente representada pela ADIME -Associação para a Defesa dos Imigrantes e Minorias Étnicas, de forma evitar o corte de fornecimento de energia elétrica a este núcleo habitacional. Assim e em virtude de não se ter obtido um desfecho positivo em face da solicitação desta Autarquia, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33º do anexo á Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, proponho a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), à CRIAR-T -Associação de Solidariedade, para aquisição dos materiais necessários á instalação interna da energia elétrica orçados neste valor, com o acompanhamento da obra pela ADIME -Associação para a Defesa dos Imigrantes e Minorias Étnicas, de acordo com a proposta anexa da Divisão de Ação Social com o n.º 3330 de 6 de fevereiro de 2015.

Mais se propõe, a aprovação do contrato programa anexo.

Documentos anexos a esta proposta:

- Contrato programa de desenvolvimento social entre o Município do Seixal e a CRIAR-T - Associação de Solidariedade e a Associação para a Defesa e Inserção das Minorias Étnica – anexo n.º 081/2015.
- Proposta da Divisão de Ação Social – 2015.02.06 – anexo n.º 082/2015.
- Informação de compromisso PRP: 74/VCL/15/2015 – 2015.02.25 – anexo n.º 083/2015.

O Proponente
A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Ação Social
Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro.”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com oito votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Joaquim Cesário Cardador dos Santos e dos Senhores Vereadores



est /

Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro, Jorge Osvaldo Dias dos Santos Gonçalves, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, José Carlos Marques Gomes, Paulo Edson Carvalho Borges da Cunha e Luís Manuel Rendeiro Cordeiro e três abstenções dos Senhores Vereadores Samuel Pedro da Silva Cruz, Eduardo Manuel Rodrigues e Elisabete Manuela Pereira Adrião, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

A Senhora Vereadora Corália Loureiro, explicou que se trata de um apoio à obra para o fornecimento de energia elétrica no Bairro de Vale de Chicharos. O bairro encontra-se inacabado, está assim desde os anos oitenta. Em julho de 2014 houve da parte da EDP uma intenção de haver um corte de luz no bairro, entretanto houve reuniões conjuntas com a Câmara Municipal e também com a Associação para a Defesa de Imigrantes e Minorias Étnicas, que é uma associação que representa a população do bairro. Desse conjunto de reuniões entendeu-se que deveria haver um conjunto de intervenções, ou seja, uma parte de intervenção da Câmara Municipal, outra da EDP e outra dos próprios moradores. Esta trata-se da segunda fase que é para se executarem obras de colocação de um contador por cada edifício, nos 9 edifícios, para que a população possa fazer o pagamento da energia que consome. Vão atribuir esta verba a uma associação do bairro que é a Criar-T, e é esta associação que fará a gestão da verba, também numa parceria com a própria ADIM, com a coordenação da Câmara Municipal e da própria EDP.

O Senhor Presidente da Câmara, complementou que aqui está uma prova de que o município está a apoiar as pessoas que precisam, para que possamos ter mais segurança no fornecimento de energia elétrica naquele bairro.

A Senhora Vereadora Elisabete Adrião, referiu que a existência do bairro de Chicharos, assim como o bairro de Santa Marta configura um problema social em que a Câmara pouco tem feito. A bancada do PS entende que este plano apenas vai resolver um problema financeiro da EDP, como também atribuir a responsabilidade civil quanto à obrigação do pagamento da prestação do serviço, mas em termos práticos esta situação apenas vem protelar ainda mais a situação, que é imperativa, do realojamento daquelas famílias. O que esta população precisa é de condições de salubridade e de segurança, e os prédios ocupados não apresentam condições de segurança. Já foi aqui dito imensas vezes pelo PS, que a resolução do problema terá que passar pela criação de bolsas, terá de passar pelas condições de arrendamento, mas terá que se articular com o IRU e com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, só assim se poderá resolver este problema.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, disse que iria votar a favor porque é um mal menor da política social da Câmara. Para estas pessoas é a solução que a Câmara conseguiu encontrar, e também é a prova da falência do modelo social da Câmara, ao nos apresentar um protocolo desta natureza. A Câmara Municipal nesta zona tinha um plano de pormenor que foi votado e apresentado. Onde é que está esse plano de pormenor? Neste momento, estas são as soluções de recurso que a Câmara consegue encontrar e é unicamente por isso que irá votar a favor. Faz-lhe alguma confusão a forma como está elaborado este protocolo, no fundo há três entidades sendo que uma a Criar-t só tem uma função, que é a de se comprometer a adquirir os materiais para a realização integral da obra. Isto não poderia ser feito diretamente com a Associação de inserção de minorias étnicas?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que, o problema de Vale de Chicharos é da responsabilidade do Estado, não haja nenhuma dúvida sobre disso. O PER é um contrato-programa realizado entre o Estado e os municípios, para os municípios participarem numa competência daquele. Em Vale de Chicharos não há nenhum PER, aquelas pessoas que lá habitam são da responsabilidade do Estado. A EDP resolveu dizer um dia que a partir de determinada data iriam cortar a energia a Vale de Chicharos. A nossa posição foi dizer, "você não podem fazer isso, estão ali famílias, crianças, idosos, são pessoas necessitadas, não podem de um dia para o outro cortar a energia", e encetámos um processo de mediação entre os moradores e a EDP. Chegamos a um modelo técnico que vem possibilitar essa contratação e regulamentação e aumentar a segurança. O projeto é da responsabilidade da EDP, e combinámos que o município iria tentar junto do Secretário



yst /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

de Estado da Energia que avançasse com esse investimento. Não nos atendeu, então o problema subsiste e vamos nós dar aqui mais um sinal de boa-fé, vamos pagar 50.000€ do orçamento de todos nós para que se possam instalar condições mínimas de segurança, que não existem, e possibilitar que as pessoas possam contratar energia à EDP. É um mal menor, esta foi a única forma que encontramos, não tivemos apoio nem do Secretário de Estado da Energia, nem do Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Habitação, nem da EDP. Não tivemos apoio de ninguém, é a Câmara, uma vez mais, que vai tentar ajudar estas pessoas, porque senão tínhamos várias centenas de pessoas sem energia, com todos os problemas sociais, de segurança, etc., que se poderiam registar.

Tivemos o cuidado para, além de reunir com a EDP, de reunir com os moradores, várias vezes. Há muito trabalho por detrás deste processo. Perante esta questão resolvemos juntar as duas entidades, a ADIME e a Criar-t, estão no bairro, para com a Câmara Municipal tentarmos fazer face a este problema. Pensamos que é uma boa decisão que estamos a tomar, mas claro que o melhor seria que o Governo encontrasse solução para realojar as pessoas.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, informou que o PS se abstém, porque entende que o problema tem é que ser resolvido definitivamente, e que esta solução em vez de contribuir para a resolução definitiva, contribui para o arrastar da situação e criar uma situação de facto perpétua.

O Senhor Vereador Paulo Cunha, disse que, apesar de fazer suas as palavras do Vereador do PS, votará favoravelmente, porque entende que os interesses dos munícipes naquele caso prevalecem.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, disse que o BE vota a favor deste protocolo, apontando no entanto que seria importante que em determinada altura, quando tivéssemos condições, discutir de uma forma muito profunda o problema de Vale de Chicharos em toda a sua extensão desde o seu início.

4. Deliberação nº 050/2015 – CMS – CONTRATAÇÃO PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA EB1/JI, Sta. MARTA DO PINHAL. PROCESSO Nº DEGEP.DOG.05.ED. ABERTURA.

Proposta:

Divisão de Obras e Gestão de Empreitadas

“Com base na informação do Diretor do Departamento de Equipamentos e de Gestão do Espaço Público, propõe-se:

1. Ao abrigo do artigo 16º, 19º e 36º do CCP e de acordo com os dispostos nos artigos 16º a 22º e 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho, aplicável por força da alínea f) do nº1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, deliberação favorável para início do procedimento por Concurso Público, em que:

-Preço Base no valor de 2.108.490,00 € (Dois milhões cento e oito mil e quatrocentos e noventa euros) + IVA;

-Prazo de execução 300 (trezentos) dias.

2. Aprovação ao abrigo do artigo 40.º do CCP, do projeto de execução e peças do procedimento, nomeadamente, Programa de Concurso, Caderno de Encargos, Mapa de Quantidades, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPG-RCD), Plano de Segurança e Saúde (PSS), Estudo Geotécnico e as Especialidades.

3. Sugere-se nos termos do artigo 67º do CCP, para constituição do júri, a nomeação dos seguintes elementos:

- Engº Rui Melo (Presidente do Júri);
- Engª Tânia Pedrosa (Substitui o Presidente do Júri);
- Arqtº Rodrigo Soares (Vogal Efetivo);



yst /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

- Drª Maria João Macau (Vogal Efetivo);
- Dr. António Nabiça (Vogal Efetivo)
- Engª Sónia Silva (Vogal Suplente);
- Arqtº Francisco Rosa (Vogal Suplente).

4. Atendendo aos serviços envolvidos neste processo, delega-se no júri nos termos do nº 2 do artigo 69 do CCP a competência para prestar esclarecimentos e retificações das peças do procedimento de acordo com o artigo 50º do CCP e ainda pronunciar-se sobre erros e omissões nos termos do artigo 61º do CCP, desde que não haja alteração ao preço do procedimento.

5. O Técnico responsável pela fiscalização da empreitada é a Engª Mafalda Pereira e o Coordenador de Segurança da Obra é o Engº João Santos.

Documentos anexos a esta proposta:

- Caderno de Encargos – Cláusulas Gerais – anexo nº 85/2015
- Programa – Concurso Público – anexo nº 86/2015
- Informação de Cabimento – anexo nº 87/2015
- Proposta de Abertura de Procedimento – anexo nº 88/2015
- Informação da Divisão de Obras de Gestão e Empreitadas – anexo nº 89/2015

O Proponente

O Vereador do Pelouro do Urbanismo, Mobilidade, Equipamentos e Espaço Público
Jorge Osvaldo Dias dos Santos Gonçalves”

Submetida a votação a proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

Senhor Vereador Jorge Gonçalves, explicou que este é o procedimento que tínhamos dito que iria dar início à revogação do procedimento que fizemos o ano passado. Se bem se lembram a Câmara já tinha desenvolvido um procedimento concursal com vista à construção da EB1/JI de Santa Marta do Pinhal e que no seguimento, o Ministério da Educação veio declarar a intenção de não cumprir com os compromissos assumidos com a construção referente à parte do 3º ciclo, que tinha partes comuns com a escola básica e jardim-de-infância, nomeadamente do refeitório. Mas o ano passado revogámos o procedimento anterior e foram feitas as alterações dos projectos que permitem garantir a autonomia deste equipamento e por isso vem à Câmara o início do procedimento, com convites à empreitada da construção da EB1/JI de Santa Marta do Pinhal, na lógica de equipamento autónomo para que o município possa assumir as suas competências, não deixando de reivindicar que o Ministério da Educação desenvolva também as suas. De qualquer das formas, foi a adequação do projecto e vem a abertura do novo procedimento de concurso.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que se trata de um equipamento de mais-valia para a população da freguesia de Corroios, e para os mais jovens.

O Senhor Vereador Samuel Cruz, perguntou, para quando o jardim-de-infância na Quinta de São Nicolau? É uma obra de 2010, estamos com cinco anos de atraso.

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, foi avaliar e analisar os documentos que lá tinha e verifica que a partir de 2009, a EB/JI de Santa Marta começou a surgir, na altura através de um ajuste direto excecional. Isto rolou desde 2009, 2010, e concretamente a 28 de abril de 2011, uma situação para anulação do procedimento por ajuste direto excecional, e para a abertura de contratação de concurso. Depois a 30 de novembro de 2011 foi feito o relatório final e a adjudicação à empresa Costa Carvalho para a construção da escola. Subitamente há um hiato, entre 30 de novembro de



ght /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

2011 e 21 de agosto de 2014, só nessa data é que vem à Câmara a anulação da prorrogação de contrato. O que ocorreu entre 30 de novembro de 2011 e 21 de agosto 2014?

A Senhora Vereadora Vanessa Silva, informou que têm em ata esses esclarecimentos relativamente a esse hiato de tempo. Procurámos durante um período, no âmbito do procedimento que estava aprovado, e no âmbito do plafonamento financeiro aprovado com os trabalhos a mais, verificar se a alteração ao projecto poderia caber nesse plafonamento financeiro. Quando detetámos e fizemos consultas ao Tribunal de Contas para ver se seria possível para aproveitarmos o procedimento que já tinha vindo à Câmara, quando percebemos que não era possível tendo em conta que teríamos de refazer todo o processo e levar ao Tribunal de Contas, trouxemos a anulação do procedimento e depois agora o novo procedimento a reunião de Câmara. É isso que justifica esse hiato, penso que era isso que o Senhor Vereador estava a perguntar. Quando constatámos que o Ministério da Educação não ia avançar com o compromisso que tinha connosco, trouxemos a informação de que iríamos estudar juridicamente de que forma poderíamos aproveitar o procedimento que estava em curso, e foi no seguimento dessa informação que depois trouxemos esta outra informação que agora vos acabo de relembrar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que, sobre o JI da Quinta de São Nicolau, é uma matéria que vamos ver a seguir, neste momento o investimento da Escola de Santa Marta do Pinhal é prioritário. O JI de São Nicolau está no programa eleitoral da CDU. Vamos analisar a seguir esse investimento no quadro das nossas capacidades, se vamos de facto também conseguir concretizar essa intervenção. Quem nos dera ter já hoje essa capacidade mas não a temos.

5. Deliberação nº 051/2015 – CMS – ECOCENTRO DO SEIXAL, LOCALIZADO NA AVENIDA FÁBRICA DA PÓLVORA, EM VALE DE MILHAÇOS. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL.

Proposta:

Departamento de Águas e Salubridade

“A Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., através de carta com a referência S-000156/2015 CR/tr, de 4 de fevereiro de 2015, solicita o reconhecimento do interesse público municipal do ecocentro do Seixal, localizado na Avenida Fábrica da Pólvora, em Vale de Milhaços, freguesia de Corroios, Município do Seixal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Aquele diploma legal estabelece, com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e exploração de atividades industriais, pecuários, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionamentos ao uso do solo.

Nos termos da sua supra referida norma legal, o pedido de regularização deve ser instruído, nomeadamente, com “Deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal”.

Os ecocentros são componentes importantes dos sistemas de gestão de resíduos, dispendo de contentores de grandes dimensões, que recebem separadamente diversos materiais, para posteriormente serem tratados e reciclados. São os locais mais adequados para depositar resíduos volumosos, restos vegetais, plásticos, papel, vidro e pilhas.

O Ecocentro de Vale de Milhaços, único no Município do Seixal no contexto do sistema multimunicipal da Amarsul, localizado no final da Avenida Fábrica da Pólvora, ocupa uma área de cerca de 3.000m² e funciona há cerca de 15 anos. Esta infraestrutura representa um componente fundamental do sistema integrado de gestão de resíduos do município, pois complementa os serviços prestados à população pela Câmara Municipal para encaminhamento de diversos fluxos de resíduos, com uma localização compatível com a segurança de pessoas, bens e ambiente.

O ecocentro é uma infraestrutura com regime de funcionamento flexível, devido ao seu horário



yht /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

alargado, e é uma unidade vigiada e de proximidade, onde são salvaguardadas as boas práticas ambientais de deposição de resíduos, constituindo, por isso, uma resposta para muitos municípios que a ele recorrem.

Este equipamento complementa ainda a função da rede de ecopontos existente, uma vez que recebe resíduos de grandes dimensões e/ou quantidades mais significativas de materiais recicláveis e ainda oferece uma solução adequada para alguns resíduos perigosos produzidos em pequena quantidade, como por exemplo, o óleo mineral.

Na perspetiva dos serviços municipais responsáveis pela limpeza pública, o ecocentro é ainda uma resposta estratégica para minimizar a deposição de resíduos na envolvente de contentores de resíduos indiferenciados e ecopontos, com a consequente desqualificação do meio urbano que decorre destas práticas. Este tipo de resposta de proximidade ao cidadão deve ser, por isso, ampliado, através da instalação de um maior número de ecocentros nas várias freguesias do município.

O quadro seguinte apresenta os quantitativos, em kg, dos vários fluxos de resíduos, recebidos em 2013 e 2014, no Ecocentro do Seixal:

	2013	2014
Embalagens	3.050	3,870
Monos	69.950	69,080
OAU	194	48,5
Óleo mineral	3.767	766
Papel/Cartão	12.520	8.110
Verdes	512.000	333.630

Assim face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal do Seixal delibere reconhecer o interesse público municipal do Ecocentro do Seixal, devendo a presente proposta ser posteriormente submetida à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

O Proponente

O Vereador do Pelouro do Ambiente, Energia e Serviços Urbanos
Joaquim Carlos Coelho Tavares"

Submetida a votação foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo".

O Senhor Vereador Luís Cordeiro, a questão que quer saber é sobre a Amarsul. Teve há poucos dias uma reunião com a Amarsul para se identificar com um conjunto de situações, e deparou-se com mais uma situação bastante desagradável, que é a de que nunca mais se sabe quando entra em funcionamento o CVO, que já vai em 27 milhões de investimentos. Parece que temos um amaldiçoamento aqui na zona que qualquer construção tem sempre falências das empresas que se propõem construir.

Sobre o funcionamento do aterro, perguntei a questão do relatório e contas de 2014, e disseram que já enviaram para a Câmara, que está em análise na Câmara para depois quando for a Assembleia Geral de Accionistas tomar posição como acionista.

Uma das questões que trago aqui é, se esse relatório e contas será dado a conhecer a todos os vereadores. Como lhe disseram que tinha sido enviado, quando vier agradecia que todos os vereadores tivessem conhecimento desse relatório para que naturalmente se pudessem pronunciar, já que a Câmara é acionista da Amarsul e a Câmara somos todos nós.

6.Deliberação n.º 052/2015 – CMS – PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 1170 M2, A TÍTULO DE COMODATO, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO O SEIXAL E A ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL, GRUPO 242 DE CORROIOS. APROVAÇÃO DE MINUTA.



44 6

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

Proposta:

Gabinete de Juventude

“Considerando o previsto na alínea u) do n.º 1 do art. 33º do anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que alterou a Lei 169/99 de 18 de Setembro, a informação do Gabinete de Juventude n.º 3139, de 03 de fevereiro de 2015, o valor patrimonial do imóvel e tendo em conta estarem satisfeitas as condições para a cedência a título de comodato.

Proponho, a aprovação da minuta de protocolo de cedência de terreno à Associação de Escoteiros de Portugal - Grupo 242 de Corroios, a título de comodato, em anexo.

PROTOCOLO

Entre, de uma parte,

O Município do Seixal, com sede em Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45, 2844-001 SEIXAL, pessoa coletiva número 506 173 968, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, doravante designado por **MUNICÍPIO DO SEIXAL**,

E, de outra parte,

A Associação dos Escoteiros de Portugal, com sede na Travessa das Galeotas, n.º 1, 1300-264 Lisboa, pessoa coletiva número 500 989 109, representada por José Ribeiro Pontes, portador do Cartão de Cidadão n.º 065 597 41, com poderes para o ato, doravante designada por **AEP**.

Considerando que:

-Os agentes culturais e associativos desempenham uma relevante função social, sendo de realçar a sua valiosa contribuição para a generalização da cultura, a preservação das identidades culturais de carácter local, bem como na formação dos jovens;

-Entende, assim, o **MUNICÍPIO DO SEIXAL** que a dotação dos agentes associativos com meios e estruturas que viabilizem a sua atividade regular e que permitam potenciar o desenvolvimento de iniciativas e projetos de reconhecida utilidade pública, cultural, informativa e educativa, constitui um requisito que responsabiliza não apenas os próprios agentes, mas também os poderes públicos;

-Consequentemente, o **MUNICÍPIO DO SEIXAL**, tem vindo a conceder, na medida das suas possibilidades, diversos apoios, abrangendo a comparticipação financeira e técnica em programas e ações de interesse para a comunidade local, cedendo e disponibilizando equipamentos e os meios logísticos necessários;

-Nesta conformidade, considera o **MUNICÍPIO DO SEIXAL** que o **Grupo 242 de Corroios da AEP** tem desenvolvido uma ação cívica meritória na promoção de iniciativas orientadas para a participação juvenil, contribuindo para o desenvolvimento do concelho;

-Considera, por seu turno, a **AEP** que os apoios Camarários consignados no presente protocolo, lhe conferem responsabilidades acrescidas, não só para com os seus jovens associados, mas também em relação à comunidade municipal, traduzindo-se tais apoios numa melhoria significativa das suas condições de funcionamento, conducente ao desenvolvimento mais regular das suas atividades e ao cumprimento dos seus objetivos estatutários;

-O **MUNICÍPIO DO SEIXAL** e a **AEP** concordam, por fim, que é de toda a conveniência, tendo em vista salvaguardar o superior interesse público, estabelecer um conjunto de princípios que ressalvam uma correta e adequada utilização dos meios e apoios concedidos pela Autarquia, sem prejuízo da autonomia desta e numa perspetiva de colaboração mútua em prol do progresso e desenvolvimento integrado do Município.

Acordam na celebração do presente protocolo, que se rege nos seguintes termos, condições e cláusulas:

Cláusula Primeira
(Objeto)

1. Pelo presente Protocolo, o **MUNICÍPIO DO SEIXAL** cede à **AEP**, para o **Grupo 242 de Corroios da Associação**, a título de comodato, o uso precário e provisório da parcela de terreno, com a área



341 / 6

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

de 1170 metros quadrados, identificada na Planta que constitui o Anexo I. que faz parte integrante deste acordo, a qual integra o imóvel sito na freguesia de Corroios, Seixal, no cruzamento entre a Av. Fábrica da Pólvora e a Rua Sá de Miranda, em Vale de Milhaços, descritos na Conservatória do Registo Predial de Amora sob o n.ºs 8547 e 8549.

2. A cedência da parcela de terreno identificada no número anterior destina-se, exclusivamente, ao exercício das atividades que constituem o objeto social da AEP, não lhe podendo esta dar outro uso diferente, nem ceder a terceiros, a qualquer título, a posse ou a utilização total ou parcial do imóvel.
3. A AEP aceita a cedência da parcela de terreno identificado no número um e compromete-se a dar-lhe o uso referido no número anterior.
4. O MUNICÍPIO DO SEIXAL autoriza a AEP a instalar na parcela de terreno cedida pelo presente Protocolo uma estrutura amovível e não definitiva, conforme projeto que venha a ser previamente aprovado pelos serviços da Câmara Municipal do Seixal, ficando por conta e sob responsabilidade exclusiva da AEP todos os encargos com a instalação do equipamento, a sua conservação e a sua remoção no termo dos efeitos do presente Protocolo.

Cláusula segunda
(Prazo e Cessação de efeitos)

1. A parcela de terreno objeto do presente Protocolo é cedida pelo prazo de cinco anos a contar da presente data, renovável por períodos sucessivos de um ano, caso nenhuma das partes denuncie os efeitos do Protocolo com a antecedência mínima de 60 dias relativamente ao termo do prazo inicial ou da renovação em curso.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o MUNICÍPIO DO SEIXAL poderá livremente denunciar os efeitos do presente Protocolo, por razões de interesse público, mediante comunicação dirigida à AEP, com a antecedência mínima de 90 dias em relação à data em que pretenda a produção de efeitos da cessação do Protocolo.
3. Em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pela AEP, o MUNICÍPIO DO SEIXAL poderá proceder à resolução, com efeitos imediatos, do Protocolo.
4. A AEP obriga-se a restituir a parcela de terreno no estado em que se encontrava à data da cedência, no prazo máximo de 180 dias a contar da receção de notificação do MUNICÍPIO DO SEIXAL a comunicar a cessação, a qualquer título, dos efeitos do presente Protocolo, suportando a AEP todos os custos inerentes à reposição do terreno.
5. Em caso de incumprimento das obrigações previstas no número anterior, o MUNICÍPIO DO SEIXAL poderá tomar posse imediata da parcela de terreno e imputará à AEP - Grupo 242 de Corroios todos e quaisquer encargos que tenha de suportar com vista à reposição do terreno no estado em que se encontrava à data da cedência.

Cláusula terceira
(Obrigações da AEP)

Sem prejuízo das obrigações previstas no artigo 1135º do Código Civil, a AEP obriga-se, ainda:

- a) A prestar a informação necessária e a desenvolver as medidas pertinentes, no sentido do aprofundamento da aproximação e ligação da Câmara aos seus associados;
- b) A contratar, e a suportar os respetivos encargos, o fornecimento dos serviços de energia elétrica, de abastecimento de água, gás, comunicações e outros, bem como a manter a prestação desses serviços durante todo o período de vigência do presente Protocolo.
- c) A utilizar o espaço destinado ao seu funcionamento, exclusivamente para o fim a que foi destinado;
- d) A instalar no espaço apenas estruturas amovíveis, de carácter temporário ou móvel, nos termos previstos no n.º 4 da cláusula primeira;
- e) A manter o espaço em perfeito estado de conservação;
- f) A custear obras ou intervenções consideradas necessárias para melhorar o terreno, obtendo o prévio acordo do MUNICÍPIO DO SEIXAL para a realização das mesmas.

Cláusula quarta
(Caducidade)

Os efeitos do presente Protocolo caducam imediatamente, em caso de dissolução, transformação,



44 / 4

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

fusão ou cisão da AEP, independentemente de resultar, ou não, desses atos a sua extinção.

Cláusula quinta
(Regime)

1. O presente protocolo reveste a natureza de contrato administrativo, ficando sujeito à aplicação das normas do regime substantivo dos contratos públicos previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Os atos administrativos que venham a ser praticados pelos órgãos do MUNICÍPIO DO SEIXAL, em execução do presente Protocolo, gozam do privilégio da execução prévia, nos termos dos arts. 149.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula sexta
(Comunicações)

As comunicações entre as partes em execução do presente Protocolo serão realizadas por correio registado expedido para os endereços das respetivas sedes indicadas no introito ou outros que venham a ser comunicados em sua substituição.

Celebrado no Seixal, e, _/_/_ constando de dois exemplares que ficam, respetivamente, em poder de cada uma das partes.

Pelo MUNICÍPIO DO SEIXAL

O Presidente da Câmara
Joaquim Cesário Cardador dos Santos

Pela AEP

O Escoteiro-Chefe do Grupo 242 de Corroios da AEP
José Ribeiro Pontes

Documentos anexos a esta proposta:

- Proposta do gabinete da Juventude – 2015.02.03 – anexo n.º 084/2015.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro da Educação, Cultura e Juventude
Vanessa Alexandra Vilela da Silva”.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

A Senhora Vereadora Vanessa Silva, fez uma saudação especial aos Grupo 242 dos Escoteiros de Corroios, da Associação de Escoteiros de Portugal, que está aqui hoje presente com vários dos seus elementos, pelo trabalho que realiza ao longo de algum tempo na nossa Freguesia de Corroios e no concelho. Trazemos um protocolo de cedência de uma parcela de terreno a título de comodato a celebrar entre o Município do Seixal e a Associação de Escoteiros de Portugal, para que a associação possa iniciar os trabalhos de construção de uma sede. A associação Grupo 242, ao longo dos tempos, tem vindo a desenvolver a sua atividade na freguesia tendo para isso usado várias vezes sedes de associações e coletividades locais. Assim torna-se necessário que possa haver um espaço seu que possa acarinhar e também criar condições para que no futuro possa aí construir a sua sede, e é nesse sentido que a proposta aqui vem à reunião.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu os parabéns já que a proposta foi aprovada por unanimidade. Informou que retomam o período da ordem do dia.



gjt / 6

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

- ADITAMENTO -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal, informou o executivo sobre os motivos pelos quais pretendia inserir em aditamento à presente Ordem de Trabalhos as propostas "Ação social escolar. Auxílios económicos. Subsídios para alimentação, livros e material escolar. Escolas do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar. Ano letivo 2014/2015. Reposicionamentos. Aprovação. Ratificação do despacho n.º 150-PCM/2015 de 16 de janeiro" e "Ação social escolar. Auxílios económicos. Subsídios para alimentação, livros e material escolar. Escolas do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar. Ano letivo 2014/2015. Reposicionamentos. Aprovação. Ratificação do despacho n.º 164-PCM/2015 de 24 de fevereiro."

A proposta de aditamento à Ordem de Trabalhos mereceu a aceitação unânime dos presentes.

7. Deliberação n.º 053/2015-PCM - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR. AUXÍLIOS ECONÓMICOS. SUBSÍDIOS PARA ALIMENTAÇÃO, LIVROS E MATERIAL ESCOLAR. ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. ANO LETIVO 2014/2015. REPOSICIONAMENTOS. APROVAÇÃO. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 150-PCM/2015 DE 16 DE JANEIRO.

Proposta:
Presidência

"Considerando que:

Pela alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara deliberar no domínio da ação social escolar.

Vai ser submetida a deliberação da Câmara Municipal a proposta de aprovação do Projeto de Regulamento Municipal dos Apoios no âmbito da Ação Social Escolar, que visa estabelecer as regras e os procedimentos da atribuição dos apoios por parte da Câmara.

Entretanto, impõe-se tomar decisões relativamente aos pedidos de apoio recebidos que, pela sua urgência, face às situações de excecionais e de extrema carência económica e social subjacentes por parte das famílias das Crianças em questão, não se compadecem com a espera até à realização das reuniões da Câmara Municipal.

De acordo com o supra referido, foram submetidos à Presidência pedidos de apoio apresentados nos serviços da Câmara Municipal para o fornecimento de refeições a Crianças que se encontram em situações muito graves de carência alimentar e para atribuição de comparticipação financeira para aquisição de livros e material escolar por intermédio dos respetivos Agrupamentos de Escola, e que reúnem os requisitos para a atribuição do apoio solicitado:

Assim, de harmonia com o disposto no n.º 3 do art. 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeto a ratificação da Câmara Municipal o despacho n.º 150-PCM/2015, de 16 de janeiro, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara e que constam dos documentos que instruem a presente proposta, nos termos dos quais foi concedido às Crianças em apreço o fornecimento de refeições escolares, em virtude de se encontrarem em situações excecionais de extrema carência alimentar que impunham a tomada urgente e inadiável de uma decisão, e atribuída a comparticipação financeira para a aquisição de livros e material escolar, por intermédio dos respetivos Agrupamentos de Escola, que não se compadecia com a espera até à realização da próxima reunião da Câmara Municipal.

O Proponente
O Presidente da Câmara
Joaquim Cesário Cardador dos Santos"

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.



ylt /

Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

8. Deliberação n.º 054/2015-PCM - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR. AUXÍLIOS ECONÓMICOS. SUBSÍDIOS PARA ALIMENTAÇÃO, LIVROS E MATERIAL ESCOLAR. ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. ANO LETIVO 2014/2015. REPOSICIONAMENTOS. APROVAÇÃO. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 164-PCM/2015 DE 24 DE FEVEREIRO.

Proposta:
Presidência

“Considerando que:

Pela alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara deliberar no domínio da ação social escolar.

Vai ser submetida a deliberação da Câmara Municipal a proposta de aprovação do Projeto de Regulamento Municipal dos Apoios no âmbito da Ação Social Escolar, que visa estabelecer as regras e os procedimentos da atribuição dos apoios por parte da Câmara.

Entretanto, impõe-se tomar decisões relativamente aos pedidos de apoio recebidos que, pela sua urgência, face às situações de excecionais e de extrema carência económica e social subjacentes por parte das famílias das Crianças em questão, não se compadecem com a espera até à realização das reuniões da Câmara Municipal.

De acordo com o supra referido, foram submetidos à Presidência pedidos de apoio apresentados nos serviços da Câmara Municipal para o fornecimento de refeições a Crianças que se encontram em situações muito graves de carência alimentar e para atribuição de comparticipação financeira para aquisição de livros e material escolar por intermédio dos respetivos Agrupamentos de Escola, e que reúnem os requisitos para a atribuição do apoio solicitado:

Assim, de harmonia com o disposto no n.º 3 do art. 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeto a ratificação da Câmara Municipal o despacho n.º 164-PCM/2015, de 24 de fevereiro, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara e que constam dos documentos que instruem a presente proposta, nos termos dos quais foi concedido às Crianças em apreço o fornecimento de refeições escolares, em virtude de se encontrarem em situações excecionais de extrema carência alimentar que impunham a tomada urgente e inadiável de uma decisão, e atribuída a comparticipação financeira para a aquisição de livros e material escolar, por intermédio dos respetivos Agrupamentos de Escola, que não se compadecia com a espera até à realização da próxima reunião da Câmara Municipal.

O Proponente
O Presidente da Câmara
Joaquim Cesário Cardador dos Santos”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, agradeceu ao Centro de Convívio e Desportivo de Vale de Milhaços por nos ter cedido a sala, a todos os munícipes que aguentaram até ao fim e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Corroios.

Nos termos do art.º 5º do Dec-Lei n.º 45362 de 21 de novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Dec-Lei n.º 334/82 de 19 de agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente Ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para o efeito do disposto do art. 57º do anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro.



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata n.º 004/2015

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 25 de fevereiro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal

Joaquim Cesário Cardador dos Santos.

O Secretário

João Manuel de Sousa Coutinho.

Elaboração da Ata:

Coordenação geral e Secretário da Câmara Municipal

João Manuel de Sousa Coutinho

Assessor Jurídico

João Augusto Sarmento Ribeiro de Carvalho Salazar

Apoio Administrativo

Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim

Carla Maria Ribeiro Dias

Lídia Maria Andrade Rodrigues



Câmara Municipal do Seixal

ÍNDICE

TERMO DE ABERTURA.....	- 01
PERÍODO PARA A INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO.....	- 01
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.....	- 14
PERÍODO DA ORDEM DO DIA.....	- 30
PRESIDÊNCIA.....	- 37
RECURSOS HUMANOS, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	- 39
URBANISMO, MOBILIDADE, EQUIPAMENTOS E ESPAÇO PÚBLICO.....	- 41
AMBIENTE, ENERGIA E SERVIÇOS URBANOS	- 43
EDUCAÇÃO, CULTURA E JUVENTUDE	- 44
ADITAMENTO.....	- 47
TERMO DE ENCERRAMENTO.....	- 49

.../...